



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PORTUGAL

ESTATÍSTICAS DA PROTECÇÃO SOCIAL

1997

Catálogo recomendada

ESTATÍSTICAS DA PROTECÇÃO SOCIAL. Lisboa, 1998-
Estatísticas da protecção social / ed. Instituto Nacional de
Estatística. - 1995-1996- . - Lisboa : I.N.E., 1998- . -
30 cm
Anual. - Continuação de : Estatísticas de protecção social,
associações sindicais e patronais = ISSN 0870-4406
ISSN 0874-1476
ISBN 972-673-330-8

Director

Presidente do Conselho de Administração
C. Corrêa Gago

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: (01) 842 61 00
Fax: (01) 842 63 65

Composição

INE - Dep. Estatísticas da População

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 400 exemplares

Depósito legal n.º 121729/98

Preço: 2 160\$00 (IVA incluído)

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Nacional de Estatística, ao realizar a presente publicação, pretende dar continuidade à divulgação de informação estatística sobre a Protecção Social, apresentando os dados relativos ao ano de 1997.

Em relação à edição anterior, salientam-se algumas diferenças introduzidas por forma a melhor caracterizar a realidade portuguesa no que respeita à Protecção Social, nomeadamente:

- a inclusão de um novo capítulo intitulado “Portugal na União Europeia”, com referência ao ano de 1995 (últimos dados disponíveis), com o qual se procura situar a Protecção Social Portuguesa no quadro comunitário;
- melhoria do capítulo “Outros Regimes de Protecção Social”, com a introdução de dois novos conjuntos de informação, referentes ao Serviço Nacional de Saúde e aos Fundos de Pensões.

No que respeita à caracterização dos Fundos de Pensões, chama-se a atenção para o facto de os dados relevantes para a Protecção Social dizerem respeito aos fundos de pensões fechados e fundos de pensões abertos (excluindo os PPR's e os PPA's); no entanto, em virtude de não ser possível disponibilizar de forma separada este tipo de informação, para o ano de 1997, os dados apresentados respeitam à totalidade dos fundos de pensões.

Em todos os capítulos, à excepção do relativo a “Portugal na União Europeia”, incluem-se dados retrospectivos, referentes a 1996, para que o utilizador tenha uma referência para a análise e enquadramento da evolução dos dados apresentados.

Na preparação dos dados contidos no presente volume colaboraram diversas entidades, às quais o INE expressa os seus agradecimentos; igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas ou sugestões que permitam a melhoria de futuras edições.

Fevereiro de 1999



SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Sinais Convencionais

... = Dado confidencial
- = Resultado nulo
x = Dado não disponível
“ = Estimativa
* = Dado rectificado
o = Dado inferior à metade da unidade utilizada

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Siglas

HM = Total dos dois sexos
H = Sexo masculino
Esc. = Escudo
 10^3 Esc. = Milhares de escudos
 10^6 Esc. = Milhões de escudos
Nº = Número
PIBpm = Produto interno bruto a preços de mercado
CRSS = Centro Regional de Segurança Social
CGA = Caixa Geral de Aposentações
ADSE = Assistência na Doença aos Servidores do Estado
R1 = Regimes da segurança social
R2 = Regimes da função pública
R3 = Outros regimes
SCML = Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
IPSS = Instituições Particulares de Solidariedade Social
ASM = Associações de Socorros Mútuos
SNS = Serviço Nacional de Saúde

**Para esclarecimentos e informações adicionais sobre
o conteúdo desta publicação contactar:**

**DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO
NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS DO TRABALHO E DA PROTECÇÃO SOCIAL**

Telefone: (01) 842 61 00
Telefax: (01) 842 63 79

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota Introdutória	3
Sinais Convencionais	4
Índice Sistemático	5

Capítulo 1 – Notas Explicativas e Conceitos

Notas Explicativas e Conceitos	9
--------------------------------------	---

Capítulo 2 – Análise de Resultados

Análise de Resultados	19
-----------------------------	----

Capítulo 3 – Dados Gerais

3.1 Receitas da protecção social, por natureza	34
3.2 Despesas da protecção social, por natureza	34
3.3 Prestações da protecção social, por grupos de funções	35
3.4 Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco	35
3.5 Indicadores	
3.5.1 Despesas de protecção social, em % do PIBpm	36
3.5.2 Prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBpm	36
3.5.3 Despesas de protecção social per capita	37
3.5.4 Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa	37
3.5.5 Despesas da função doença por habitante e PIBpm per capita	37
3.5.6 Prestações familiares per capita	37
3.5.7 População residente, por grupos etários	38
3.5.8 Índices de dependência (jovens; idosos; jovens e idosos)	38
3.5.9 Índices de envelhecimento	38
3.5.10 Taxas de substituição	38

Capítulo 4 – Regimes de Segurança Social

4.1 Receitas dos regimes da segurança social, por natureza	40
4.2 Despesas dos regimes da segurança social, por natureza	40
4.3 Prestações sociais, por grupos de funções	41
4.4 Beneficiários activos, em 31 de Dezembro	42



4.5 Pensionistas, em 31 de Dezembro	42
4.6 Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral, por escalões de pensão, em 31 de Dezembro	42
4.7 Subsídios de desemprego e social de desemprego, beneficiários, montantes e baixas no ano, por regiões	43
4.8 Indicadores	
4.8.1 Beneficiários activos, em % da população residente	44
4.8.2 Pensionistas, em % da população residente	44
4.8.3 Pensionistas, em % da população activa	44
4.8.4 Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas	45
4.8.5 Despesas das prestações “Velhice e sobrevivência”, por pessoa activa	45

Capítulo 5 – Regime de Segurança Social da Função Pública

5.1 Receitas do regime da função pública, por natureza	48
5.2 Despesas do regime da função pública, por natureza	48
5.3 Prestações de protecção social, por grupos de funções	49
5.4 Beneficiários activos, em 31 de Dezembro	50
5.5 Pensionistas, em 31 de Dezembro	50
5.6 Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por escalões de pensão	50
5.7 Indicadores	
5.7.1 Beneficiários activos, em % da população residente	51
5.7.2 Pensionistas, em % da população residente	51
5.7.3 Pensionistas, em % da população activa	51
5.7.4 Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas	52
5.7.5 Despesas das prestações “Velhice e sobrevivência”, por pessoa activa	52

Capítulo 6 – Outros Regimes de Protecção Social

6.1 Receitas dos outros regimes de protecção social, por natureza	54
6.2 Despesas dos outros regimes de protecção social, por natureza	55
6.3 Prestações de protecção social, por grupos de funções	56
6.4.1 <u>Instituições Particulares de Solidariedade Social</u>	
6.4.1.1 Prestações sociais, nº de utentes e custo médio por utente, por funções	57
6.4.1.2 Representatividade das IPSS na protecção social, por funções	57
6.4.1.3 Actividade das IPSS em relação ao total das valências, por funções	58



6.4.2 Associações de Socorros Mútuos	
6.4.2.1 Associações, associados efectivos e familiares	58
6.4.2.2 Associados efectivos e pensionistas com pensões pagas no ano e iniciadas no ano, por modalidades subscritas.....	59
6.4.3 Serviço Nacional de Saúde	
6.4.3.1 Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas	60
6.4.3.2 Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas, por grupos de serviços	61
6.4.3.3 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de receitas e despesas, por regiões	61
6.4.3.4 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de custo (subcontratos), por tipo de serviço prestado e por regiões	62
6.4.3.5 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de encargos com medicamentos, por grupo de entidade	62
6.4.3.6 Administrações Regionais de Saúde: serviços próprios, por regiões	63
6.4.3.7 Indicadores	
6.4.3.7.1 Serviço Nacional de Saúde: alguns dados e indicadores	64
6.4.3.7.2 Habitantes, por médico.....	64
6.4.3.7.3 Despesas das prestações de saúde (doença), por pessoa activa.....	64
6.4.4 Fundos de Pensões	
6.4.4.1 Quadro síntese	65
6.4.4.2 Nº de beneficiários e de novos beneficiários de fundos de pensões, por tipo de pensões pagas	66
6.4.4.3 Nº de participantes nos fundos de pensões, por sexo e idade actuarial	66
6.4.4.4 Estrutura do mercado dos fundos de pensões	67
6.4.4.5 Distribuição dos fundos de pensões, por tipo de plano de pensões	67
6.4.4.6 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo escalões de montantes geridos	68
6.4.4.7 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de associados	68
6.4.4.8 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de participantes	69
6.4.4.9 Distribuição dos associados dos fundos de pensões por sector de actividade	69

Capítulo 7 – Portugal na União Europeia

7.1 Estrutura das receitas, por natureza	72
7.2 Estrutura das prestações de protecção social, por grupos de funções	72
7.3 Indicadores	
7.3.1 Despesas de protecção social, em % do PIB	73
7.3.2 Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBm	73
7.3.3 Despesas de protecção social, por habitante em SPA	73
7.3.4 Despesas de protecção social, por habitante em ECU	73

CAPÍTULO 1

NOTAS EXPLICATIVAS

E

CONCEITOS



1. PROTECÇÃO SOCIAL (SEEPROS)

1.1 Protecção Social é toda a acção desenvolvida por diversas entidades, públicas e privadas, com a finalidade de cobrir riscos, eventualidades ou necessidades do indivíduo ou das famílias, relacionadas com situações de doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, habitação, invalidez, velhice, morte, exclusão social, quando essas acções se desenrolem fora do quadro familiar ou individual, sem que para tal haja contrapartida equivalente e simultânea do beneficiário.

1.2 Os objectivos do Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS) centram-se no fornecimento de informação caracterizadora da protecção social existente em cada Estado-membro, de forma a:

- abranger as prestações sociais e o seu financiamento;
- ser possível a comparabilidade internacional;
- estar harmonizada com outras estatísticas, em especial com as contas nacionais.

1.3 Regime de protecção social: corpo distinto de regras, apoiado por uma ou mais unidades institucionais que regem a atribuição das prestações sociais e o respectivo financiamento.

1.4. No SEEPROS as **unidades de observação** são as instituições que asseguram a título principal (organismos da segurança social especializados na cobertura de um ou vários riscos, eventualidades ou necessidades) ou secundário (Estado, instituições sem fins lucrativos ou entidades patronais) o fornecimento das prestações de protecção social e suportam, na totalidade ou em parte, os custos inerentes.

1.5. Estrutura contabilística dos regimes de protecção social no sistema central

1.5.1. Classificação das receitas de protecção social, segundo a sua natureza

Quotizações sociais - despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados (quotizações sociais a cargo da entidade patronal) ou pelas pessoas protegidas (quotizações sociais a cargo das pessoas protegidas), de forma a assegurar o direito às prestações sociais.

Contribuições públicas - compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e participações nos custos de funcionamento.

Transferências de outros regimes - transferências sem contrapartida, a receber de outros regimes de protecção social. (Ex^o: transferências que visam reduzir o défice de um dos regimes.)

Outras receitas - agrupam outras receitas correntes e de capital, dos regimes de protecção social. Incluem os rendimentos de propriedade e receitas diversas não classificadas em outras categorias (inclui donativos de particulares e dos sectores privados).



1.5.2. Classificação das despesas de protecção social, segundo a sua natureza

Prestações Sociais - transferências, pecuniárias ou em espécie, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinadas a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades (funções).

Despesas de funcionamento - custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração (compreendem os custos de: inscrição dos beneficiários; cobrança das quotizações; administração das prestações; inspecção; resseguro; gestão financeira e os custos gerais).

Transferências para outros regimes - transferências, sem contrapartida, efectuadas a outros regimes de protecção social. (Ex^o: transferências de fundos quando há mudança de regime e contribuições para um regime deficitário.)

Outras despesas - agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social. Incluem os pagamentos de rendimentos de propriedade e despesas diversas não classificadas em outras categorias (ex^o: pagamento de impostos sobre o rendimento ou património).

1.6. Funções de protecção social

A função de uma prestação social refere-se ao objectivo primário para a qual é fornecida protecção social. Os diversos riscos e necessidades definem as funções essenciais às quais estão imputados recursos e prestações.

Classificação por função

1. **Doença** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionados com a doença física ou mental à excepção da invalidez. Cuidados de saúde, tais como, cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença.
2. **Invalidez** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a incapacidade dos deficientes, físicos ou mentais, de exercerem actividades económicas e sociais.
3. **Velhice** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a velhice.
4. **Sobrevivência** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.
5. **Família** - Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, maternidade, adopção e o encargo com crianças ou outros parentes.
6. **Desemprego** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados.
7. **Habitação** - Apoio pecuniário aos custos da habitação.
8. **Exclusão Social** - Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados de saúde) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontre coberta por outras funções.



1.7. Indicadores Sociais

Índice de dependência de jovens - relação existente entre o número de jovens e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos.

$$[P(0,14)/P(15,64)] \times 100$$

Índice de dependência de idosos - relação existente entre o número de idosos e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 15 - 64 anos.

$$[P(65,+)/P(15,64)] \times 100$$

Índice de dependência total - relação existente entre o número de jovens e idosos e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e 65 e mais anos, e a população com 15 - 64 anos.

$$[(P(0,14)+P(65,+))/P(15,64)] \times 100$$

Índice de envelhecimento - relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0 - 14 anos.

$$[P(65,+)/P(0,14)] \times 100$$

Taxa de substituição - relação existente entre o número de jovens e de idosos, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 65 e mais anos.

$$[P(0,14)/P(65,+)] \times 100$$

sendo: P(0,14) - População com 0 a 14 anos
P(15,64) - População com 15 a 64 anos
P(65,+) - População com 65 e mais anos

2. SEGURANÇA SOCIAL¹ (SECTOR PRIVADO)

Regimes de segurança social - instrumentos jurídicos do Sistema de Segurança Social para efectivação do direito à Segurança Social. Actualmente existem: o regime dos trabalhadores por conta de outrem; o regime dos trabalhadores independentes; o regime do seguro social voluntário e ainda os regimes não contributivos. A amplitude da protecção varia conforme o regime de que se trata. Para além dos regimes anteriormente referidos, existe ainda o regime de segurança social das actividades agrícolas que se restringe apenas aos pensionistas agrícolas.

Prestações Sociais

Pensão de velhice - prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano, e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993, a partir de 1994, evoluiu de 62 para 65 anos com um aumento de 6 meses por ano civil.

¹ Inclui os Regimes de Segurança Social, a Acção Social e as Doenças Profissionais



Pensão de sobrevivência - prestação pecuniária mensal concedida aos beneficiários dos regimes: Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Actividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário. Esta prestação é concedida a familiares dos beneficiários (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) que, à data da morte, tenham completado 36 meses de contribuições.

Subsídio por morte - prestação pecuniária única concedida aos familiares dos beneficiários (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) por morte destes.

Subsídio de doença (com exclusão da tuberculose) - prestação pecuniária compensatória do rendimento do trabalho perdido em função da incapacidade temporária para o trabalho, concedida aos beneficiários activos.

Pensão de invalidez - prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que, havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente, definitivamente incapacitados de trabalhar.

Abono de família - prestação pecuniária mensal concedida aos descendentes, ou equiparados, dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social, excepto alguns grupos abrangidos pelo Regime de Seguro Social Voluntário e pelo Regime Geral dos Trabalhadores Independentes.

Subsídio de maternidade - prestação pecuniária concedida às trabalhadoras durante 98 dias no período da maternidade.

Subsídio de aleitação - prestação pecuniária concedida nos primeiros 10 meses de vida dos filhos dos beneficiários de todos os regimes de Segurança Social, com excepção de alguns grupos do Regime de Seguro Social Voluntário e do Regime dos Trabalhadores Independentes.

Subsídio familiar a crianças e jovens - prestação pecuniária mensal de montante variável concedida aos descendentes dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social. O montante é determinado em função de três escalões de rendimentos estabelecidos por referência ao salário mínimo nacional. (Esta prestação veio, a partir de Julho de 1997, substituir as prestações de abono de família, subsídio de nascimento e aleitação, mantendo-se o processamento relativo a meses anteriores.)

Ação Social - “forma” de protecção social, integrada no sistema de segurança social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, deficientes, idosos e outras pessoas nas situações mencionadas), quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social.

Subsídio de desemprego - prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reünam as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem durante pelo menos 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego e tenham contribuído sobre salários reais.

Subsídio social de desemprego - prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que, na situação de desemprego involuntário, tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reünam as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data de desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais “per



capita" superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o sector em que desenvolvia a sua actividade.

Beneficiário - pessoa inscrita como titular do direito a protecção social no âmbito dos regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.

Beneficiários activos - beneficiários identificados perante o sistema de Segurança Social ou pessoas não identificadas, em cujo nome tenham entrado remunerações no período de referência ou num determinado período anterior (pelo menos num mês), com inclusão dos pensionistas simultaneamente no activo, dos subsidiados por desemprego e dos beneficiários que se encontrem noutras situações de equivalência a entrada de contribuições, nos períodos anteriormente referidos, e com exclusão dos que tenham deixado de contribuir, por terem sido transferidos para outras instituições, por terem passado à situação de pensionistas de invalidez ou velhice ou por haverem falecido.

3. REGIME DE SEGURANÇA SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

3.1. *Prestações concedidas pela Caixa Geral de Aposentações:*

Consistem em prestações pecuniárias concedidas aos subscritores da CGA (pensões de velhice e reforma), aos familiares dos beneficiários ou aposentados (pensão de sobrevivência e subsídio por morte) ou, em casos especiais, a determinadas pessoas independentemente de serem ou não subscritores da CGA (pensão de invalidez).

3.2. *Prestações concedidas pela Administração Central, Local e Regional:*

Trata-se de benefícios concedidos, directamente: pensão de velhice (até o processo passar à CGA); abono de família; subsídio de nascimento; subsídio de aleitação; subsídio de funeral; subsídio de educação especial; abono complementar a crianças e jovens deficientes; subsídio mensal vitalício; cuidados de saúde; etc.

3.3. *Prestações concedidas pela Assistência na Doença aos Servidores do Estado:*

A assistência à doença, na Função Pública, é comparticipada por um organismo central, a Direcção Geral de Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE). O pagamento dos cuidados de saúde assenta nas técnicas de reembolso ao beneficiário e do pagamento directo à entidade prestadora de serviços. A protecção na saúde é assegurada tanto no regime ambulatorio como no de internamento, através de comparticipações nas prestações de saúde (fornecimento directo e reembolso de: cuidados de saúde, produtos farmacêuticos, etc.)

3.4. *Prestações concedidas pelos Serviços Sociais:*

A acção social complementar integra o conjunto de esquemas complementares de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública que se destinem à prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da sua situação laboral, pessoal ou familiar, que não sejam atendíveis através dos regimes gerais de protecção social.



Os Serviços Sociais actuam, entre outras, nas seguintes áreas: acção social (funções família e velhice); cuidados de saúde (auxílio nas despesas com saúde, em complementaridade com a ADSE) e outras (funções habitação e exclusão social).

3.5. Prestações sociais concedidas por outras instituições

Trata-se dos benefícios concedidos pela Assistência na Doença aos Militares e Paramilitares e pelo Cofre de Previdência do Ministério das Finanças, nomeadamente: cuidados de saúde; produtos farmacêuticos; subsídio de doença e pensão de velhice.

4. OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL

4.1. Prestações concedidas pela entidade patronal

Estas prestações são fornecidas aos respectivos trabalhadores, sendo directamente suportadas pela entidade patronal.

Consistem em complementos de subsídio por doença, de pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, outras prestações relacionadas com a função família bem como acção social para os domínios da velhice e família e cuidados de saúde.

4.2. Prestações concedidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição autónoma das estruturas da segurança social, desenvolvendo a sua actividade, predominantemente, no domínio da acção social (funções: família; velhice e invalidez), através de estabelecimentos próprios, ou por via de outras instituições; subvenciona, com fins similares, designadamente, as instituições particulares de solidariedade social, cuja acção incida sobre os limites do concelho de Lisboa. Para além da acção social, a SCML actua ao nível da exclusão social e da doença (cuidados de saúde).

4.3. Prestações concedidas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - instituições sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa de particulares com o objectivo de fornecer serviços ou prestações de protecção social.

Utente - pessoa que, sendo ou não beneficiário, usufrui dos benefícios da segurança social (prestações dos regimes e acção social).

Valência - resposta social organizada com vista a satisfazer determinadas necessidades dos utentes.
Exemplos:

- Função “Família” (acção social) - valências: creches, jardins de infância, creches e jardins de infância, actividades dos tempos livres, colónias de férias, etc.;
- Função “Doença” (cuidados de saúde) - valências: internamento e assistência hospitalar, cuidados ambulatoriais, medicamentos, meios auxiliares e de diagnóstico e outras;
- Função “Exclusão social” - valências: refeitórios, albergues nocturnos, acções de apoio a desalojados, auxílios prestados a indigentes, acções de apoio a toxicodependentes, etc.



4.4. Prestações concedidas pelo Serviço Nacional de Saúde

O sistema de saúde é constituído pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e por todas as entidades públicas que desenvolvam actividades de prevenção e tratamento na área da saúde. As prestações atribuídas são: cuidados médicos, produtos farmacêuticos e outras (incluem fornecimentos directos e reembolsos).

4.5. Prestações concedidas pelas Associações de Socorros Mútuos

Associações mutualistas - são instituições particulares de solidariedade social com número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco.

Associados efectivos - são os associados que subscrevem qualquer das modalidades de benefícios regulamentares, pagando a correspondente quotização.

4.6. Prestações concedidas pelos Fundos de Pensões

Fundo de pensões - Fundo para o qual são efectuadas contribuições, as quais constituem um património exclusivamente afecto ao pagamento, no futuro, de prestações pecuniárias, sob a forma de renda ou capital, a título de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez, ou sobrevivência. O pagamento destas prestações resulta das condições fixadas num plano de pensões previamente acordado entre as partes.

Tipos de fundos de pensões

Fundo de pensão fechado - Quando diz respeito a apenas um associado ou, existindo vários associados, desde que exista um vínculo de natureza empresarial, associativo, profissional ou social entre os mesmos e seja necessário o assentimento destes para a inclusão de novos associados no fundo.

Fundo de pensão aberto - Desde que não se exija a existência de qualquer vínculo entre os diferentes aderentes ao fundo, dependendo a adesão ao fundo unicamente de aceitação da entidade gestora. A adesão individual a fundos de pensões abertos, como é o caso dos PPR e PPA, estão fora do âmbito da Protecção Social.

Participantes - As pessoas singulares em função de cujas circunstâncias pessoais e profissionais se definem os direitos consignados nos planos de pensões, independentemente de contribuírem ou não para a formação do património do fundo.

Beneficiários - As pessoas singulares com direito às prestações pecuniárias estabelecidas no plano de pensões, sejam ou não participantes.

Gestão de fundos de pensões - Fundos de pensões podem ser geridos quer por sociedades constituídas para esse fim, adiante designadas por sociedades gestoras, quer por companhias de seguros que explorem o ramo "Vida".

Beneficiários - As pessoas singulares com direito às prestações pecuniárias estabelecidas no plano de pensões, sejam ou não participantes.



Associados - As pessoas colectivas que contribuem para o fundo e cujos planos de pensões são realizados ou complementados por estes.

Idade técnica ou actuarial - A idade relativa ao aniversário natalício mais próximo dessa data.

Tipos de planos de pensões existentes

Plano de benefício definido - Plano onde se estabelece, à partida, o valor e o tipo de benefício que será atribuído à data da reforma. Um plano pode ser, relativamente à Segurança Social, classificado como:

Complementar integrado - se os montantes estabelecidos são um complemento à pensão da Segurança Social:

$$PP = PT - PSS \text{ ou } PP = \% PSS; \text{ sendo}$$

PT = pensão total a receber pelo beneficiário

PP = pensão atribuída pelo plano

PSS = pensão da Segurança Social.

Complementar não integrado – se existe um limite superior do tipo:

$$PT = PP + PSS < \% \text{ do salário final.}$$

Independente – se os valores garantidos não dependem da pensão da Segurança Social.

Plano de contribuição definida - Plano onde os benefícios a conceder dependem do montante com que a empresa decide contribuir, do modo como distribui essa contribuição pelos diversos empregados e dos montantes capitalizados, para cada um deles, à data da sua reforma efectiva.

Plano Misto – plano que integra os dois tipos de planos acima definidos.

Plano Contributivo – plano em que se prevê a existência de contribuições dos participantes.

CAPÍTULO 2

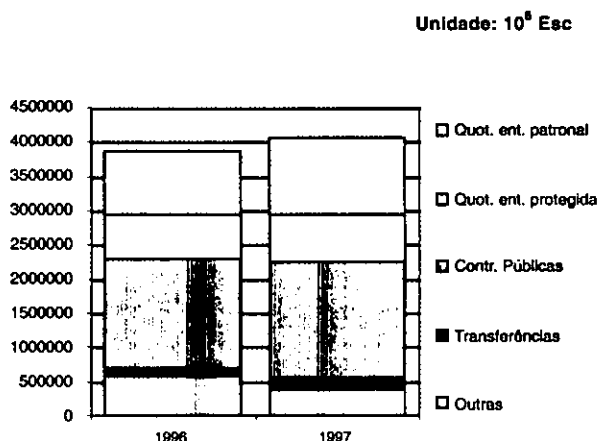
ANÁLISE DE RESULTADOS



Protecção Social – Análise geral

Ao proceder-se à análise das principais fontes de receita da protecção social, em 1997, constata-se que, apesar de as contribuições públicas constituírem a principal fonte de financiamento, se assiste a alguma transferência da responsabilidade do Estado para o indivíduo e para a entidade patronal. Assim, em relação a 1996, a receita proveniente das quotizações da pessoa protegida aumentou cerca de 10% e as da entidade patronal 20%, enquanto que a parte relativa às contribuições públicas apenas subiu 6%); por outro lado, assistiu-se ao desenvolvimento do sector privado na prestação de protecção social, sobretudo na área das pensões complementares e alternativas à Segurança Social – os Fundos de Pensões).

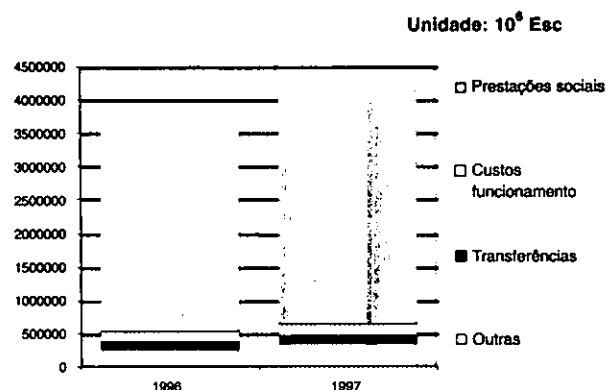
2.1-Receitas da protecção social, por natureza



Por seu lado, a rubrica “Outras Receitas” apresenta uma redução de 31% em virtude do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social não registar valores para este ano, à semelhança do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no que respeita a transferências por ordem do Tesouro.

Em relação às “Transferências entre Regimes de Protecção Social”, observa-se um aumento de 20% de transferências para os regimes de Segurança Social e para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

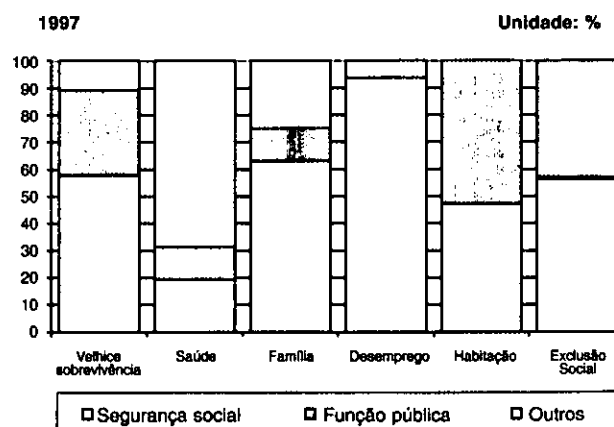
2.2-Despesas da protecção social, por natureza



No que diz respeito à repartição funcional dos montantes de prestações sociais, constata-se que, relativamente ao ano anterior, o Desemprego e a Habitação sofreram decréscimos (na ordem dos 4,6% e 6,6% respectivamente), enquanto que a “Exclusão Social” foi a função que maior acréscimo registou (57,6%), seguindo-se-lhe a “Saúde” (+12,6%), o grupo formado por “Velhice e Sobrevivência” (+7,9%) e a “Família” (+3,5%).

Em termos de estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco, verifica-se que os regimes de Segurança Social desempenham papel preponderante no que diz respeito às funções: “Velhice e Sobrevivência” (cerca de 58% dos 1 513 514 milhões de escudos atribuídos a este grupo de funções, foram concedidos pela Segurança Social), Família (63%), Desemprego (93%) e Exclusão Social (56%).

2.3-Estrutura dos regimes de protecção social, na cobertura de cada risco

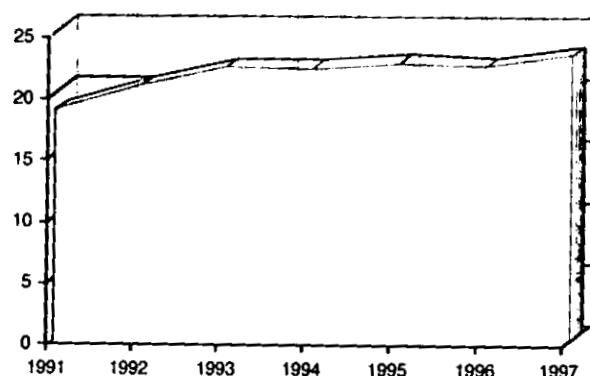




Por seu lado, 53% das prestações respeitantes à Habitação foram atribuídas pelo regime da Função Pública. Os “Outros Regimes de Protecção Social” foram responsáveis por 68% das prestações concedidas no âmbito da Saúde (que inclui a Invalidez e a Doença), em virtude do principal fornecedor de cuidados de saúde ser o Serviço Nacional de Saúde.

Em 1997, as despesas da Protecção Social representaram 23,3% do Produto Interno Bruto, o que traduz um aumento de 1% face ao ano anterior, compensando a ligeira quebra registada entre 1995 e 1996.

2.4-Despesas de protecção social, em percentagem do PIBpm

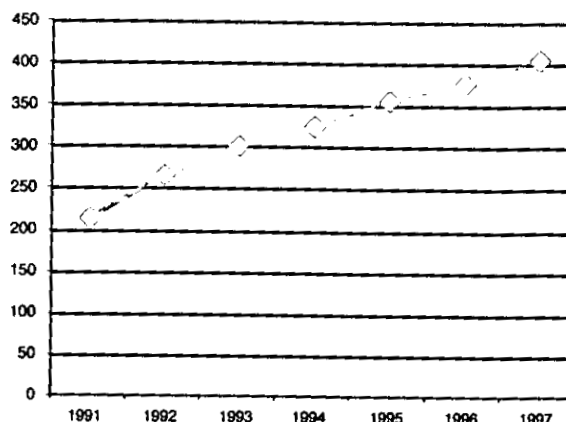


A estrutura das prestações de protecção social em termos de PIB manteve-se, tornando-se evidente que o maior aumento (0,4%) ocorreu na proporção das prestações da Saúde relativamente ao Produto Interno Bruto. Há ainda a salientar a redução de 0,1% no peso das prestações relativas ao Desemprego e o aumento em igual proporção da Exclusão Social e da Velhice e Sobrevivência.

No que se refere às despesas de protecção social per capita, este indicador continua a registar uma evolução crescente. Em 1997, foram gastos, em média, 419 milhares de escudos por habitante (mais 41 milhares de escudos do que no ano anterior). Atendendo a que se passou de 213 milhares de escudos, em 1991, para 419 milhares de escudos em 1997, observa-se um crescimento médio anual de 11,9%.

2.5-Despesas de protecção social, per capita

Unidade: 10³ Esc



Analisa-se seguidamente os reflexos, em termos de medidas de protecção social, de dois importantes constrangimentos existentes na sociedade portuguesa: o envelhecimento da população e o aumento dos encargos com cuidados de saúde.

Ao longo do período em análise (1991-1997) tem-se vindo a constatar o envelhecimento progressivo da população portuguesa, verificando-se, em 1997, a existência de 89 idosos por cada 100 jovens (tendo em consideração que a população jovem abrange todos aqueles que têm entre 0 e 14 anos); por outro lado, em 1997 existiam 22 idosos por cada 100 pessoas em idade activa.

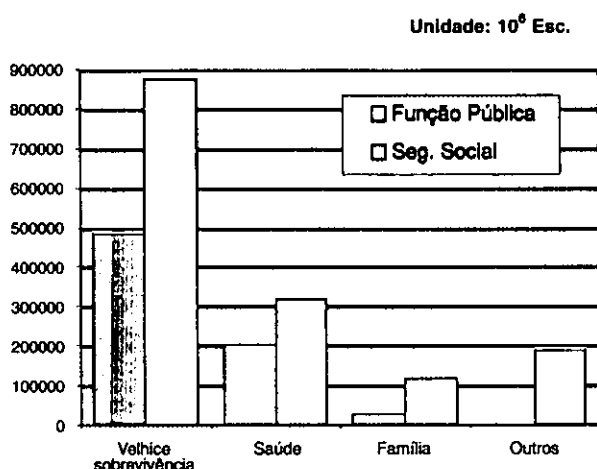
O gradual envelhecimento da população tem vindo a provocar o aumento das despesas médias, com velhice e sobrevivência, por cada pessoa em idade activa (em 1997, a despesa registada foi na ordem dos 312 milhares de escudos, mais 19 milhares de escudos do que no ano anterior). O aumento do número de beneficiários a receber este tipo de pensões tem conduzido a uma crescente tentativa de racionalização do sistema de pensões, mediante a cada vez maior adesão aos sistemas privados de protecção social, nomeadamente os Fundos de Pensões.



Protecção Social no Sector Privado e na Função Pública

Em 1997, os benefícios sociais concedidos pelos regimes de Segurança Social do Sector Privado e da Função Pública totalizam 2 198 742 milhões de escudos, representando 62% do total das prestações de protecção social em Portugal.

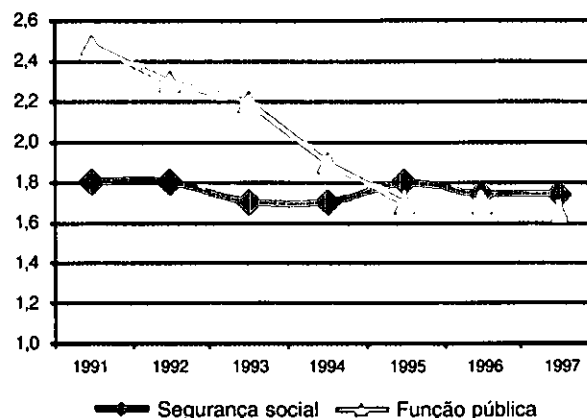
2.6-Protecção social na segurança social e função pública, por grupos de funções



À semelhança de anos anteriores, a maior parte das despesas são canalizadas para o grupo de funções “Velhice/Sobrevivência”: 873 739 milhões de escudos no Sector Privado (dos quais 78% se destinam ao pagamento de pensões de velhice) e 481 779 milhões de escudos na Função Pública (sendo 86% afectos a pensões de velhice), representando 59% e 68% respectivamente, do total das prestações concedidas por aqueles regimes, em 1997.

O contingente dos beneficiários activos registou um aumento de 1,4% no Sector Privado (4 210 708 indivíduos) e 1% na Função Pública (654 228), enquanto que o número de pensionistas de velhice, invalidez e sobrevivência observou acréscimos com amplitudes não proporcionais: 1% no Sector Privado (2 414 790, em 1997) e 3,9% na Função Pública (396 423); apesar desta evolução diferenciada, verificou-se a manutenção, em ambos os regimes, de uma relação entre o “número de beneficiários activos” e o “número de pensionistas” idêntica à do ano anterior (1,7).

2.7-Relação entre o número de beneficiários activos e o número de pensionistas



Em 1997, realça-se o facto do número de pensionistas de velhice do Regime da Segurança Social ter registado uma redução de 0,1% (em 1996 existiam 1 461 402 pensionistas e em 1997 passaram a existir 1 459 721).

O ritmo de crescimento do número de pensionistas mantém-se superior ao da renovação de beneficiários activos.

Esta situação é particularmente evidente no Regime da Função Pública, facto que conduz a um aumento contínuo dos custos sociais a suportar pela população activa, tendência essa que se reflecte no montante de despesas das prestações de velhice e de sobrevivência, por pessoa activa.

Ao analisar-se o número de pensionistas de velhice e invalidez por escalões de pensão, consoante o regime a que pertencem, conclui-se que 86% do total de pensionistas pertencentes ao Regime Geral de Segurança Social recebem mensalmente pensões de valor igual ou inferior a 50 mil escudos, enquanto que, na Função Pública, apenas 20% dos pensionistas de aposentação, reforma e invalidez recebem pensões no mesmo montante.



Regimes de Segurança Social do Sector Privado

No que diz respeito à Segurança Social destaca-se, a partir de Julho de 1997, a introdução de duas novas prestações sociais:

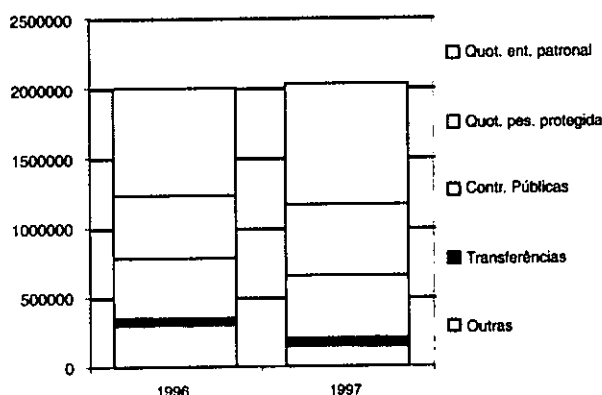
- o subsídio familiar a crianças e jovens;
- o Rendimento Mínimo Garantido.

Relativamente às receitas e despesas dos regimes de segurança social, verifica-se uma evolução positiva de ambos os agregados (as receitas ascenderam a 2 033 362 milhões de escudos e as despesas atingiram 1 986 976 milhões de escudos).

Comparativamente ao ano de 1996, enquanto que o total de receitas aumenta 1,3%, o total de despesas aumenta 9,8%, o que significa uma redução da taxa de cobertura das despesas de segurança social por parte das suas receitas, em 1997.

2.8-Receitas da segurança social, por natureza

Unidade: 10⁶ Esc



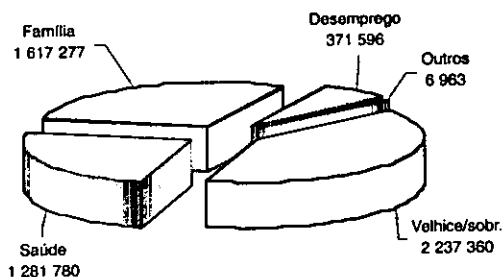
Com base na análise da evolução de cada componente das receitas, constata-se que o seu reduzido crescimento se deve, nomeadamente, ao facto do Fundo de Estabilização Financeira do Regime Geral da Segurança Social não ter contribuído, como habitualmente, para o financiamento das despesas da Segurança Social.

Observa-se que a “Velhice e Sobrevivência” constitui o grupo de prestações que possui o maior número de beneficiários dos regimes de Segurança Social – aproximadamente 2 milhões de pessoas (em 1997), ou seja, 41% do total de beneficiários.

As prestações com maior número de beneficiários são: pensão de velhice, com cerca de 1 460 mil pessoas; o abono de família/subsídio familiar a crianças e jovens, com 1 262 mil pessoas; o subsídio de doença (710 mil beneficiários) e a pensão de sobrevivência (557 mil beneficiários).

2.9-Número de beneficiários da segurança social, por grupos de funções

1997



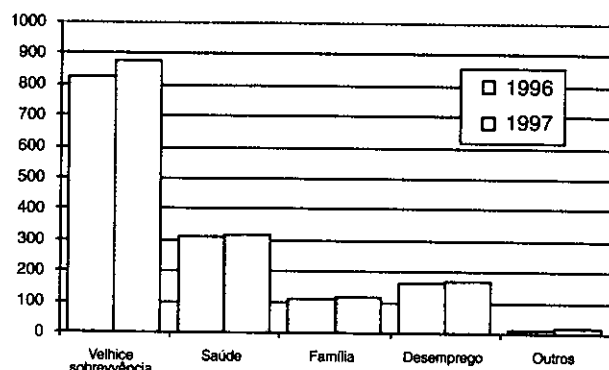
No que respeita aos montantes das prestações, a que maior aumento registou foi a relativa ao “Abono de família/subsídio familiar a crianças e jovens”: em 1997 registou um aumento de 14,4% relativamente ao ano anterior.

Esta prestação veio substituir as prestações de abono de família, subsídio de nascimento e subsídio de aleitação, mantendo-se a partir dessa data o processamento relativo a meses anteriores, razão pela qual as prestações mencionadas continuam a apresentar valores.



2.10-Prestações sociais da segurança social, por grupos de funções

10⁶ Esc

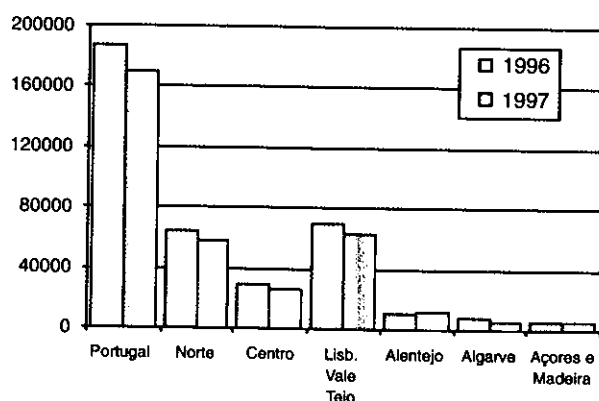


Uma das prestações que também apresentou um aumento significativo foi a Exclusão Social, que passou de 10 381 milhões de escudos para 17 957 milhões (+ 73%).

No que respeita à Exclusão Social, em 1997 foi introduzido o sistema de Rendimento Mínimo Garantido, com o objectivo de dar apoio a pessoas com fracos recursos, o qual se traduz em apoio financeiro temporário (em 1997 situou-se na ordem dos 8 788 milhões de escudos) associado a um programa de inserção social destinado aos beneficiários.

No que diz respeito aos Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego, salienta-se a redução dos montantes pagos em 1997 (menos 3 826 milhões de escudos do que em 1996), como consequência de uma redução do número de beneficiários desta prestação.

2.11-Número de beneficiários dos subsídios de desemprego e social de desemprego

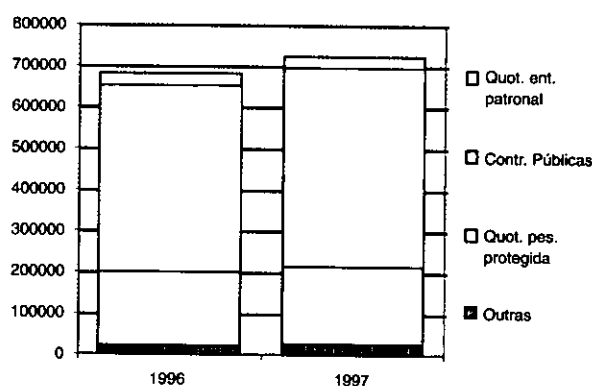


Regimes de Segurança Social da Função Pública

Em 1997, os regimes de Segurança Social da Função Pública registaram um aumento das suas receitas no valor de 43 979 milhões de escudos, enquanto que as despesas aumentaram em 39 882 milhões de escudos, relativamente ao ano anterior.

2.12-Receitas dos regimes da função pública, por natureza

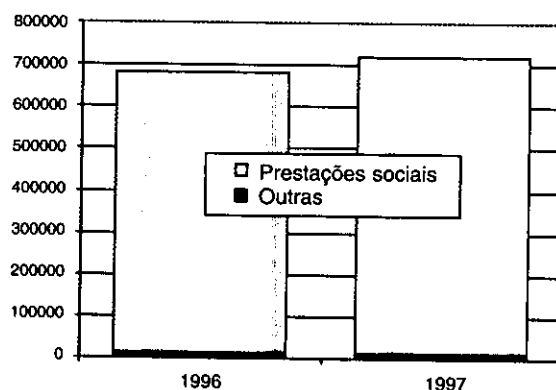
Unidade: 10⁶ Esc



O financiamento das despesas deste regime manteve a mesma estrutura do ano anterior, continuando as “Contribuições Públicas” a ser a principal fonte de origem de receitas (66,7% do total), seguindo-se-lhe as “Quotizações da Pessoa Protegida” (25,7%) e as “Quotizações da Entidade Patronal” (3,9%).

2.13-Despesas dos regimes da função pública, por natureza

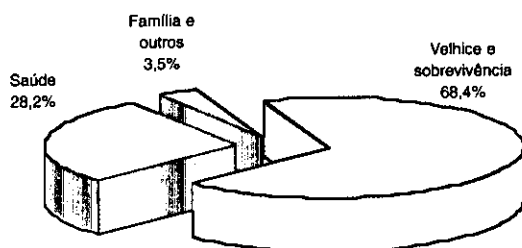
Unidade: 10⁶ Esc





2.14-Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções

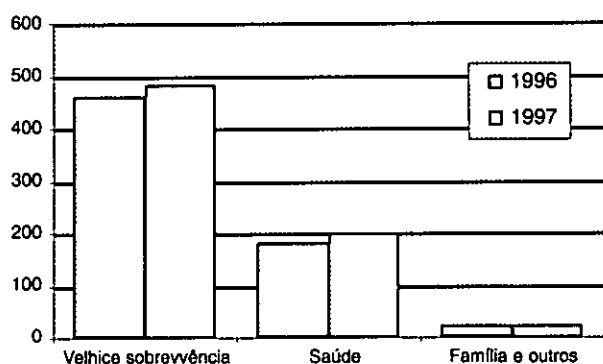
1997



Por seu lado, em 1997, as despesas ascenderam a 719 612 milhões de escudos, tendo sido despendidos 704 782 milhões de escudos com prestações sociais (houve um aumento de 38 541 milhões de escudos em relação a 1996), dos quais, 68,3% foram atribuídos à “Velhice e Sobrevivência”; 28,2% à “Saúde”; 3,4% à “Família” e 0,1% às restantes funções.

2.15-Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções

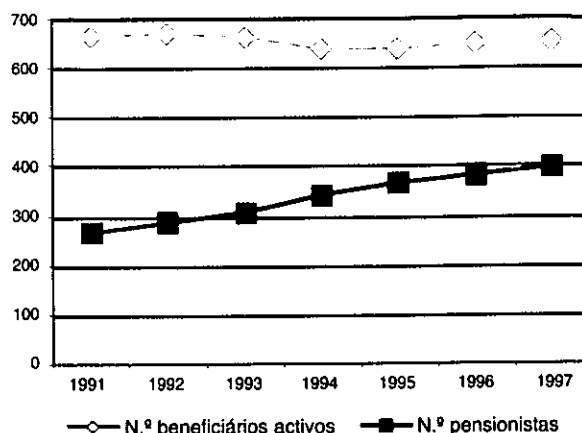
Unidade: 10⁶ Esc



As prestações que registaram montantes mais elevados foram a pensão de velhice, que correspondeu a 415 649 milhões de escudos, os cuidados de saúde com 105 562 milhões de escudos e a pensão de invalidez (66 032 milhões de escudos).

A percentagem de pensionistas em termos de população activa, é de 8 %; a proporção de pensionistas da Função Pública em termos de população total, em 1997, é de 4 por cada 100 habitantes, existindo cerca de 6,6 beneficiários activos por cada 100 habitantes.

2.16-Número de beneficiários e número de pensionistas, em 31 de Dezembro



Entre 1991 e 1997, o número de beneficiários activos tem vindo a diminuir (em Dezembro de 1991 existiam 665 mil beneficiários, registando-se 654 mil no final de 1997), enquanto que o número de pensionistas tem aumentado todos os anos (em Dezembro de 1991 existiam cerca de 268 mil pensionistas, passando para 396 mil em Dezembro de 1997).

A proporção de beneficiários activos por cada pensionista tem vindo a reduzir-se gradualmente, sendo de 1,7 em 1997, por oposição a 2,5 em 1991.

A evolução do número de pensionistas da função pública neste período traduz-se num aumento médio anual de 18,6% das prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa.

Outros Regimes de Protecção Social

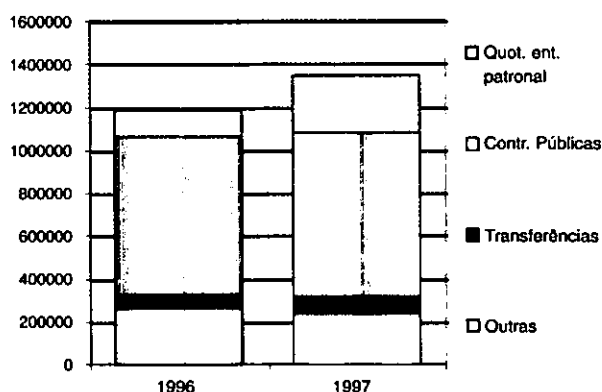
Neste capítulo, salienta-se a introdução de informação relativa aos Fundos de Pensões, os quais têm vindo a evidenciar-se como importante forma de Protecção Social, sendo as quotizações da entidade patronal a sua principal fonte de receita (101 839 milhões de escudos, em 1997).



Por sua vez, a maior proveniência das receitas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) são as contribuições públicas (731 414 milhões de escudos), enquanto que para as Associações de Socorros Mútuos são as quotizações da pessoa protegida (12 157 milhões de escudos).

2.17-Receitas dos “Outros regimes de protecção social”

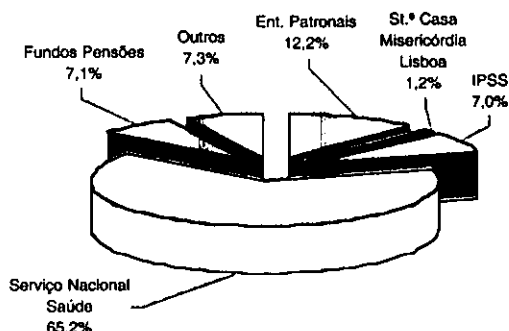
Unidade: 10⁶ Esc



As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são essencialmente financiadas através das transferências (81 072 milhões de escudos).

2.18-Despesas dos “Outros regimes de protecção social”

1997



Relativamente às prestações sociais concedidas pelas entidades que estão agrupadas em “Outros Regimes”, verifica-se que:

- o SNS despendeu 890 792 milhões de escudos com a função Saúde (em que 82% do montante total respeita a encargos com cuidados de saúde);
- as Entidades Patronais concederam 85 223 milhões de escudos em benefícios

relacionados com a Saúde e 56 900 milhões de escudos à Velhice e Sobrevivência (em que 51% foi atribuído ao pagamento de pensões de velhice e 32% foi despendido em Acção Social);

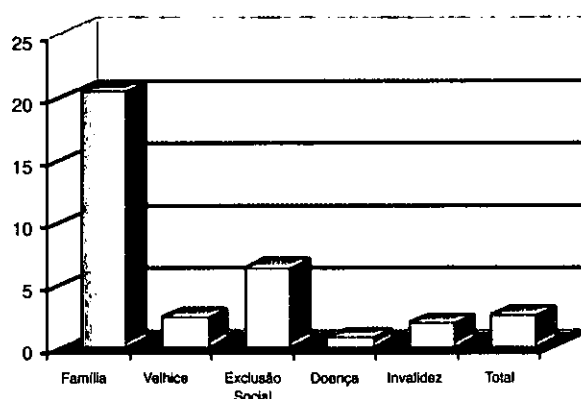
- as IPSS despenderam 38 423 milhões de escudos para assistência e protecção à Família e 29 990 milhões para apoio à Velhice/Sobrevivência;
- a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa despendeu cerca de 50% do total das suas prestações com cuidados de saúde e 9,5% com a acção social, no âmbito da função Família;
- as Associações de Socorros Mútuos concederam benefícios na ordem dos 4 191 milhões de escudos para a Velhice e Sobrevivência;
- os Fundos de Pensões canalizaram aproximadamente 72% do montante total das suas prestações para o pagamento de pensões de velhice e invalidez;

Instituições Particulares de Solidariedade Social

2.19-Representatividade das IPSS na protecção social, por grupos de funções

1997

Unidade: %



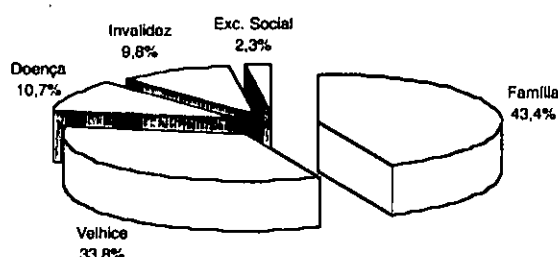


Em 1997, as IPSS contribuíram com 2,5% do total de prestações de protecção social concedidas por todos os regimes.

Estas Instituições destinaram 88 603 milhões de escudos às prestações sociais, o que se traduziu num acréscimo de 4 068 milhões de escudos em relação a 1996.

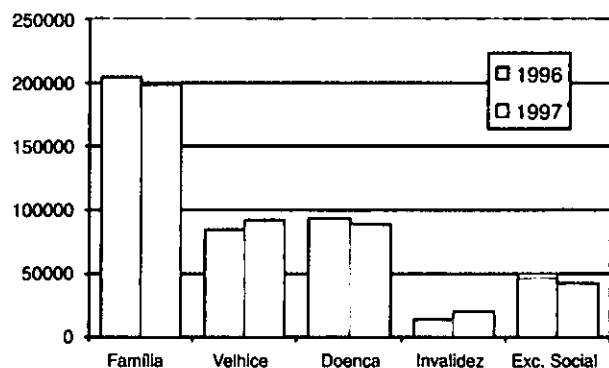
2.20-Prestações sociais das IPSS, por grupos de funções

1997



A acção das IPSS é particularmente canalizada para as áreas da Família (representa cerca de 43% das prestações sociais, tendo como principais destinatários: creches/jardins de infância; ATL's; etc.) e da Velhice/Sobrevivência (representa 34% do montante total das prestações sociais, sendo despendido em apoio domiciliário, lares e centros de dia e de convívio).

2.21-Número de utentes das IPSS, por grupos de funções

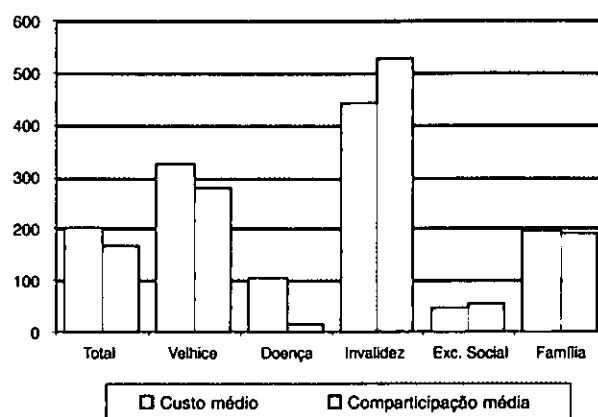


O custo médio por utente, em 1997, aumentou 20,4 milhares de escudos relativamente ao ano anterior, elevando-se a 200,5 milhares de escudos.

2.22-IPSS - Custo e participação médios por utente, segundo os grupos de funções

1997

10³ Esc

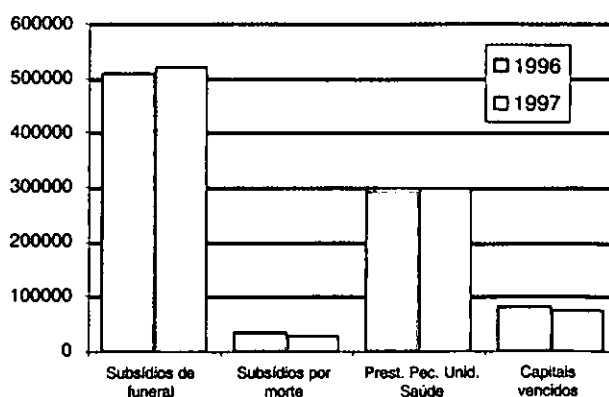


No que diz respeito à Família, o custo médio por utente aumentou 5,2%, enquanto que na Velhice o acréscimo foi de aproximadamente 4,4%.

Associações de Socorros Mútuos

As Associações de Socorros Mútuos (ASM), em 1997, registaram um aumento de 34 mil associados, tendo-se assistido a uma certa recuperação na actividade destas associações.

2.23-ASM - Número de associados efectivos, por modalidades subscritas



As modalidades de prestações de protecção social que observaram maior aumento do número de associados foram os subsídios de funeral (mais 16 mil associados do que em



1996) e as pensões de velhice (mais 4 mil associados). Os subsídios por morte registaram um decréscimo de 8 mil associados.

As prestações pecuniárias de unidades de saúde tiveram uma redução de aproximadamente 17 mil associados.

Serviço Nacional de Saúde

Em virtude da importância de que se reveste o Serviço Nacional de Saúde (SNS), em Portugal, na área da Saúde, apresentam-se seguidamente uma série de dados e indicadores que pretendem caracterizá-lo.

Com base na observação do comportamento da evolução das receitas ao longo do período compreendido entre 1994 e 1997, constata-se que a principal fonte de receitas do SNS tem sido o subsídio de exploração (em 1997 este subsídio representa 87% do montante total de receitas).

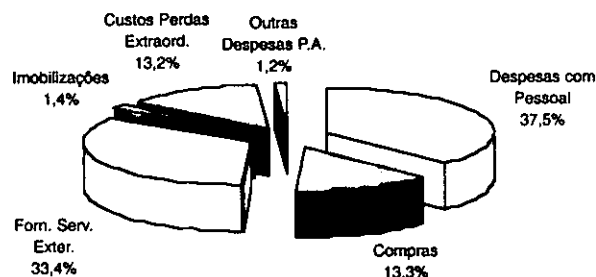
Saliente-se o facto das receitas obtidas com a prestação de serviços, em 1997, apenas representarem cerca de 4% do total.

As despesas com pessoal (38%) e os fornecimentos e serviços externos (33%) constituem cerca de 71% do total das despesas do SNS. Relativamente às duas componentes mencionadas, os Hospitais são responsáveis por 66,6% dos encargos com pessoal, enquanto que as Administrações Regionais de Saúde (ARS) são responsáveis por 75,5% das despesas com fornecimentos e serviços externos.

De entre os fornecimentos e serviços externos, salientam-se os custos com os produtos vendidos por farmácias, que representam aproximadamente 16% do total.

2.24-Estrutura das despesas do SNS

1997



Analisando a estrutura de custos (subcontratos) por tipo de serviço prestado, verifica-se que 63,7% se destina a encargos com Farmácias Privadas, enquanto que 36,3% é afecto aos Serviços Convencionados (dos quais se salientam os elementos complementares de diagnóstico, que representam 18,6% do total de subcontratos).

Relativamente a encargos com medicamentos, verifica-se que os centros de saúde são os que apresentam maiores custos (em 1996 representavam cerca de 67,2% do total das ARS), seguindo-se-lhes os Hospitais Centrais, Distritais e Outros (13,1%), Médicos em exercício privado (14,1%), IPSS (2,9%) e outras entidades (2,7%).

O Centro é a região que, em 1997, possui maior número de serviços próprios (110 centros de saúde, 77 serviços de atendimento permanente e 712 extensões), enquanto que o Algarve é a região com menor número (16 centros de saúde, 12 serviços de atendimento permanente e 68 extensões).

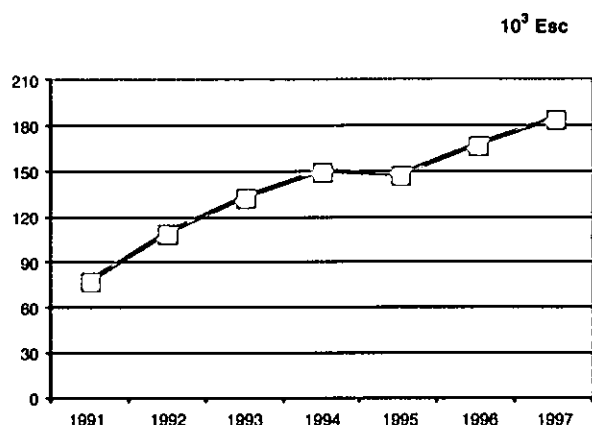
A evolução do subsídio de exploração atribuído ao SNS denota uma progressiva redução, em termos relativos, das verbas do Orçamento Geral do Estado (enquanto em 1991 o peso das verbas atribuídas ao SNS em termos de Orçamento de Estado se situava na ordem dos 10,5%, em 1997 passou a ser de 7,3%).

Em termos globais, verifica-se que no ano de 1997 o aumento do subsídio de exploração atribuído pelo Orçamento de Estado foi menor, o que reflecte o desaparecimento de "Regularização de Dívidas por Ordem do



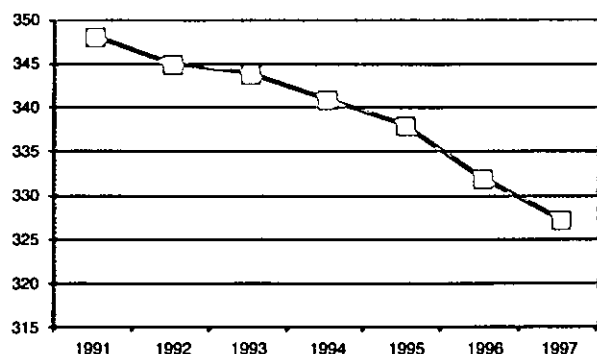
Tesouro” que, em 1996, atingiu os 35 010 milhões de escudos.

2.25-SNS - Despesas das prestações de saúde, por pessoa activa



No que respeita à evolução das prestações de saúde por pessoa activa, verifica-se um crescimento médio anual de 15,5%, tendo passado de 77 milhares de escudos em 1991 para 184 milhares de escudos em 1997, reflexo do aumento da procura dos cuidados de saúde, que por sua vez traduz, entre outras razões, o envelhecimento da população portuguesa.

2.26-Número de habitantes por médico



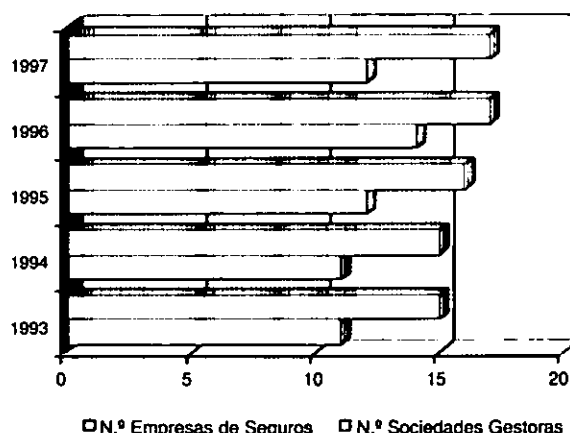
O facto de cada médico ter a seu cargo um menor número de habitantes, traduz uma melhor abrangência no domínio da prestação de cuidados de saúde (enquanto que em 1991 existia uma média de 348 habitantes por médico, em 1997 esta relação passou a ser de 327).

Fundos de Pensões

Neste capítulo foram incluídos, pela primeira vez, dados sobre os Fundos de Pensões, os quais têm vindo a evidenciar-se como forma complementar à Segurança Social, chegando mesmo em certos casos a ser uma escolha alternativa (vide situação do sector bancário).

Os Fundos de Pensões têm sido alvo crescente de adesão quer por parte dos indivíduos (através dos Planos Poupança Reforma e Planos Poupança em Acções – os quais, pelas suas características, estão fora do âmbito da Protecção Social), quer por parte da entidade patronal (mediante a adesão a fundos de pensões fechados e abertos, de adesão colectiva).

2.27-Entidades gestoras de fundos



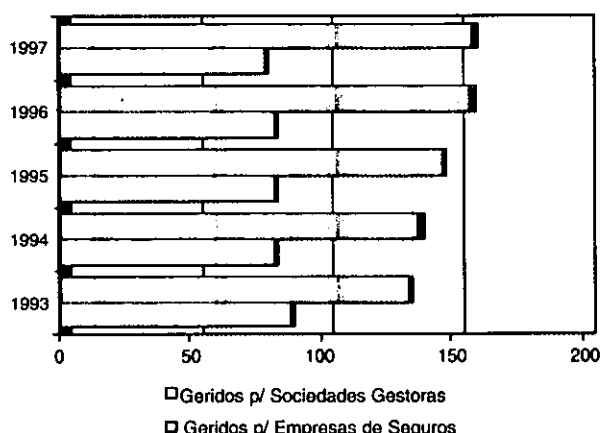
Os associados (empregadores) constituem ou aderem a um fundo de pensões para o qual efectuam contribuições de forma a constituírem um património destinado ao pagamento futuro de prestações pecuniárias, a título de pré-reforma, reforma por velhice, reforma por invalidez ou por sobrevivência.

A gestão dos fundos de pensões é feita por uma entidade autorizada para tal e independente dos seus associados – sociedade gestora dos fundos de pensões ou companhia de seguros do ramo “Vida”. Existem dois tipos de fundos de pensões: os fechados e os abertos.



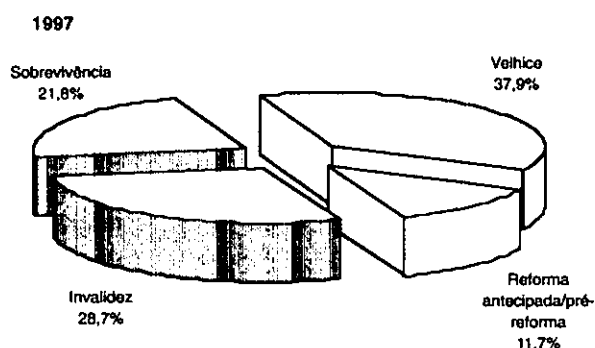
Em 1997, existiam 29 entidades gestoras de fundos de pensões, gerindo um total de 231 fundos. Cerca de 67% dos fundos de pensões são geridos por sociedades gestoras, sendo as companhias de seguros responsáveis pela gestão dos restantes 33%.

2.28-Número de fundos de pensões, por entidade gestora



O número de participantes é cerca de 296 mil, enquanto que os beneficiários que, efectivamente, receberam pensões foram cerca de 79 mil (dos quais 8 mil começaram, em 1997, a usufruir deste tipo de benefícios).

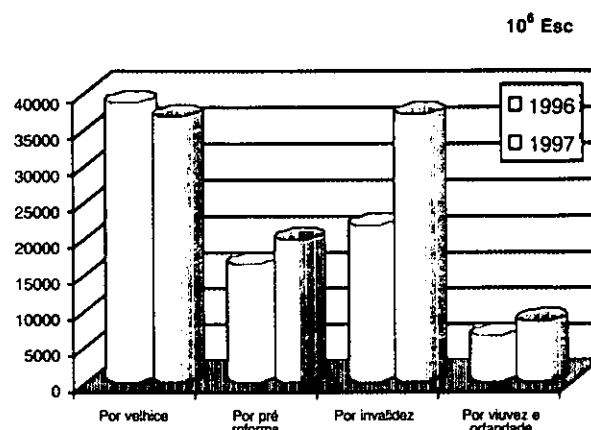
2.29-Beneficiários dos fundos de pensões, por tipo de pensões pagas



No período compreendido entre 1993 e 1997, registou-se um aumento de 47 mil participantes, tendo passado a existir mais 12 fundos de pensões.

Os montantes de pensões pagas registam um crescimento de 33,2% ao ano, tendo evoluído de 32 395 milhões de escudos em 1993 para 101 839 milhões de escudos em 1997.

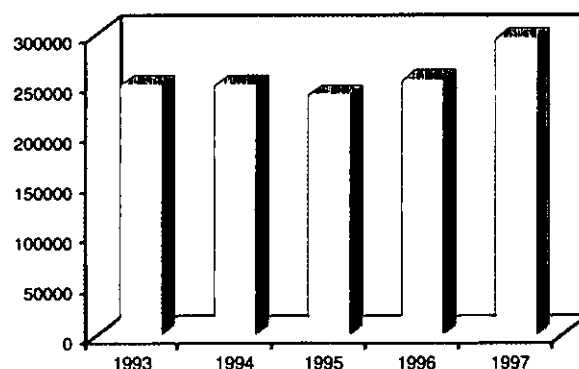
2.30-Pensões pagas, por funções



Quanto aos principais benefícios atribuídos através dos fundos de pensões, salientam-se as pensões de invalidez (que em 1997 registaram o maior aumento: mais 15 369 milhões de escudos do que no ano anterior) e as pensões de velhice.

Constata-se que, em 1996 e 1997, o maior número de participantes nos fundos de pensões se situa no grupo etário entre os 40 e os 55 anos (110 mil indivíduos).

2.31-Fundos de pensões - Número de participantes

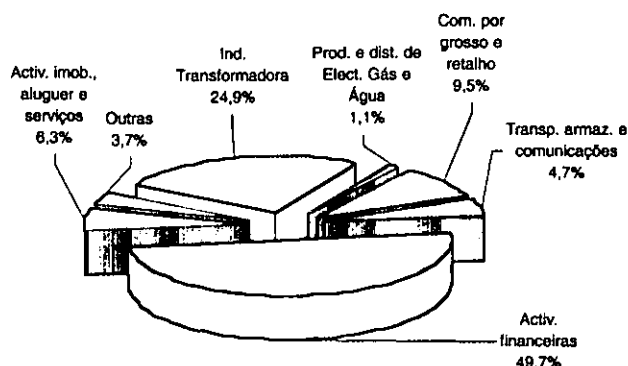


O sector das actividades financeiras é aquele que maior número de associados possui (307 associados, o que corresponde a cerca de 50% do total); seguem-se, igualmente com algum significado, as Indústrias Transformadoras (25%), o Comércio por Grosso e a Retalho/Reparação de Veículos Automóveis (9,5%), as Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (6,3%) e os Transportes, Armazenagem e Comunicações (4,7%).



2.32-Associados dos fundos de pensões, por sector de actividade

1997



Portugal na União Europeia

Tendo por referência o ano de 1995 (não existem disponíveis dados mais recentes), apresenta-se seguidamente uma análise da Protecção Social Portuguesa comparativamente à média da União Europeia.

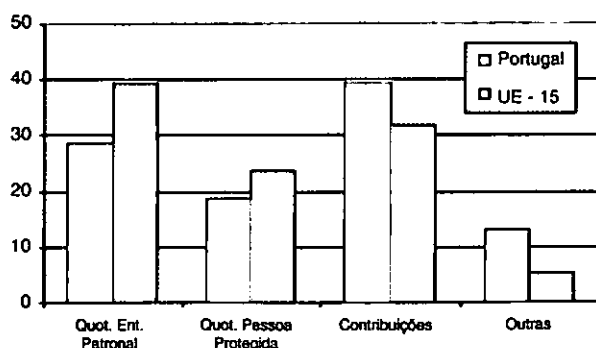
No que diz respeito à estrutura das receitas, constata-se que em Portugal a maior fonte de receitas são as “Contribuições Públicas” (39,4% do total), seguindo-se-lhes as Quotizações da Entidade Patronal (28,6%), as Quotizações da Pessoa Protegida (18,9%) e, por último, “Outras Receitas” (13,2%).

Em termos de média comunitária são as “Quotizações da Entidade Patronal” que constituem a principal fonte de receitas (39,3% do total), seguindo-se as “Contribuições Públicas” (31,9%), as “Quotizações da Pessoa Protegida” (23,6%) e “Outras Receitas” (5,2%).

2.33-Receitas, por natureza

1995

Unidade: %



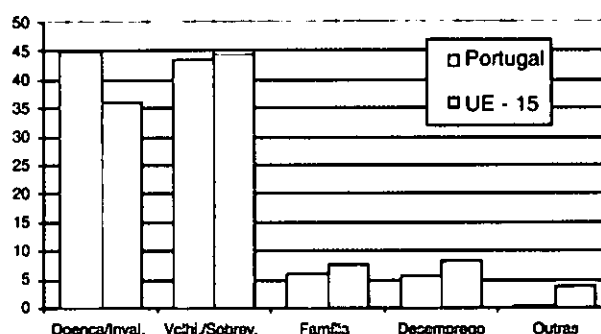
Em relação à estrutura das prestações de protecção social, verifica-se que em termos comunitários as despesas se concentraram no grupo de funções “Velhice e Sobrevivência” (representa cerca de 44,3% do total das funções), seguindo-se a “Doença e Invalidez” (36%), o “Desemprego” (8,4%), a “Família” (7,6%) e “Outras” (3,7%).

Em Portugal, 44,9% do montante total de prestações destinou-se à “Doença e Invalidez”, 43,4% à “Velhice e Sobrevivência”, 5,8% à “Família”, 5,5% ao “Desemprego” e 0,4% a “Outras”.

2.34-Prestações por função

1995

Unidade: %

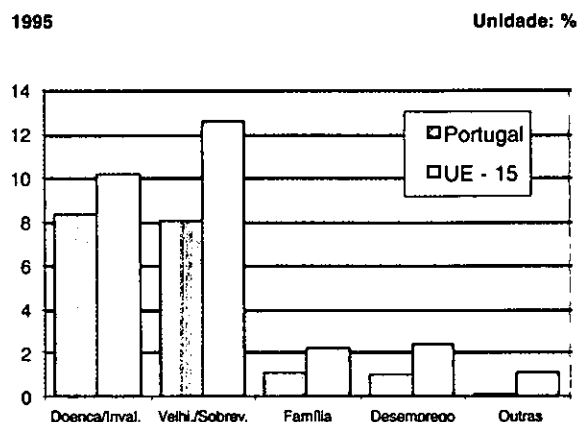


As despesas comunitárias de protecção social, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), são superiores às portuguesas. Em 1993, as despesas de protecção social portuguesas representaram 22,1% do Produto Interno, enquanto que as comunitárias atingiram 28,8%; em 1995 a média comunitária atingiu os 28,4%, situando-se as despesas de protecção social portuguesas em 22,5% do PIB.

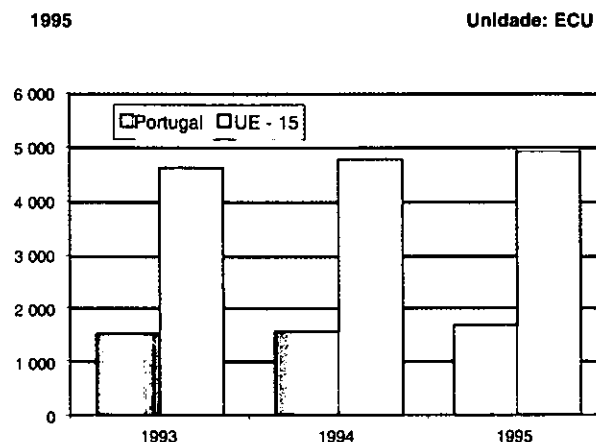
“Doença e Invalidez”, em Portugal e “Velhice e Sobrevivência” na União Europeia, são os grupos de prestações que maior importância detêm em termos de PIBpm (8,3% e 12,6%, respectivamente).



2.35-Prestações, por grupos de funções, no PIBpm



2.36-Despesas de protecção social, por habitante



Em termos de despesas de protecção social por habitante, expressas em ECU, verifica-se que apesar da taxa média anual de crescimento da União Europeia, entre 1993 e 1995, ser inferior à portuguesa (U.E.: 3,3% e Portugal: 5,4%), o montante médio comunitário de despesas sociais per capita é superior ao de Portugal (o montante português não ultrapassou os 2 000 ECU, em 1995, enquanto o comunitário se situou nos 5 000 ECU).

CAPÍTULO 3

DADOS GERAIS



3.1. Receitas da protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1996	1997
		2	3
TOTAL		3 873 737	4 064 804
Quotizações da Entidade Patronal		932 842	1 119 561
Quotizações da Pessoa Protegida		644 577	709 785
Contribuições Públicas		1 604 750	1 697 671
Outras		570 148	392 131
Transferências		121 420	145 656

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.2. Despesas da protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1996	1997
		2	3
TOTAL		3 750 574	4 168 255
Prestações sociais		3 237 238	3 539 124
Custos de funcionamento		134 895	146 038
Outras despesas		257 021	337 437
Transferências		121 420	145 656

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)



3.3. Prestações da protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Funções	Anos	1996	1997
	1	2	3
TOTAL		3 237 238	3 539 124
Saúde (invalidez e doença)		1 444 308	1 626 401
Velhice e sobrevivência		1 403 156	1 513 514
Família		181 675	188 054
Desemprego		187 147	178 609
Habitacão		747	698
Exclusão social		20 205	31 848

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.4. Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco

Unid: %

Funções	Anos e Regimes	1996				1997			
		Total	R1	R2	R3	Total	R1	R2	R3
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Saúde (invalidez e doença)		100,0	21,5	12,5	66,0	100,0	19,5	12,2	68,3
Velhice e sobrevivência		100,0	58,7	32,9	8,4	100,0	57,7	31,8	10,4
Família		100,0	59,3	12,5	28,2	100,0	62,6	12,6	24,7
Desemprego		100,0	87,9	-	12,1	100,0	93,4	-	6,6
Habitacão		100,0	43,8	56,2	-	100,0	47,4	52,6	-
Exclusão social		100,0	51,4	1,0	47,6	100,0	56,4	0,7	43,0

Nota: R1- Regimes da Segurança Social; R2- Regimes da Função Pública; R3- Outros regimes

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)



3.5. INDICADORES

3.5.1. Despesas de Protecção Social, em % do PIBpm

							Unid: %
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas Protecção Social / PIBpm	18,6	20,6	22,1	22,0	22,3	22,3	23,3

Fonte: PIB pm - Contas Nacionais, 1996 e 1997 - dados provisórios

3.5.2. Prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBpm

							Unid: %	
Funções	Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8	
TOTAL	14,7	16,5	18,2	18,8	18,6	19,5	19,8	
Saúde	6,8	7,9	8,7	9,1	8,3	8,7	9,1	
Velhice+Sobrevivência	6,3	6,8	7,4	7,5	8,1	8,4	8,5	
Família	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	
Desemprego	0,4	0,6	0,9	1,0	1,0	1,1	1,0	
Habitação	0	0	0	0	0	0	0	
Exclusão Social	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	

Fonte: PIB pm - Contas Nacionais, 1996 e 1997 - dados provisórios



3.5.3. Despesas de protecção social *per capita*

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Desp. Prot. Social / Pop. residente	212,9	265,3	300,3	324,6	355,8	377,5	418,6

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.4. Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas velhice e sobreviv./Pop. activa	149,0	182,0	211,4	228,9	266,0	293,0	311,8

Fonte: População activa - Inquérito ao emprego (INE)

3.5.5. Despesas da função doença, por habitante e PIBpm per capita

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas em Doença/Pop. residente	51,5	71,7	83,7	95,7	96,5	107,5	118,2
PIBpm/População residente	1 147,0	1 287,1	1 361,0	1 475,9	1 581,4	1 691,5	1 798,2

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.6. Prestações familiares per capita

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Prestações Familiares/Pop. residente	12,2	13,6	15,1	15,5	16,9	18,3	18,9

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)



3.5.7. População residente, por grupos etários

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14 anos	19,4	18,9	18,4	18,0	17,6	17,3	17,0
15-64 anos	66,8	67,1	67,4	67,6	67,7	67,8	67,9
65 e + anos	13,8	14,0	14,2	14,4	14,7	14,9	15,1

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.8. Índices de dependência (de jovens; idosos; jovens e idosos)

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
Jovens: (0-14 anos)/(15-64 anos)	29,0	28,1	27,4	26,6	26,0	25,5	25,1
Idosos: (65 e+ anos)/(15-64 anos)	20,7	20,9	21,1	21,4	21,7	21,9	22,2
Total: (0-14 anos)+(65 e+anos)/(15-64 anos)	49,7	49,0	48,5	48,0	47,6	47,4	47,3

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.9. Índices de envelhecimento

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
65 e + anos/0-14 anos	71,4	74,4	77,1	80,2	83,5	86,1	88,5

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.10. Taxas de substituição

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
0-14 anos/65 e + anos	40,1	34,4	29,6	24,6	19,8	16,2	13,0

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

CAPÍTULO 4

REGIMES DE SEGURANÇA SOCIAL



4.1. Receitas dos regimes de segurança social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1996	1997
		2	3
TOTAL		2 006 861	2 033 362
Quotizações da Entidade Patronal		777 928	866 549
Quotizações da Pessoa Protegida		449 257	507 953
Contribuições Públicas		425 226	447 913
Outras		304 107	146 363
Transferências		50 343	64 584

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.2. Despesas dos regimes de segurança social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1996	1997
		2	3
TOTAL		1 809 795	1 986 976
Prestações sociais		1 416 577	1 493 960
Custos de funcionamento		46 596	50 045
Outras despesas		228 708	300 822
Transferências		117 913	142 149

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.3. Prestações sociais, por grupos de funções

Funções	Anos, montantes e beneficiários	1996		1997	
		Montante	Beneficiários	Montante	Beneficiários
		10 ⁶ Esc	nº	10 ⁶ Esc	nº
1		2	3	4	5
TOTAL		1 416 577	5 552 942	1 493 959	5 514 976
Velhice e Sobrevivência		823 211	2 221 360	873 739	2 237 360
Pensão de Velhice		641 497	1 461 402	677 233	1 459 721
Pensão de Sobrevivência		145 830	536 821	158 360	557 067
Subsídio de funeral		2 554	86 615	2 443	85 040
Subsídio por morte		19 470	83 192	20 847	83 810
Acção Social (sem IPSS)		4 430	x	5 382	x
Outras		9 430	53 330	9 474	51 722
Saúde (Invalidez e Doença)		310 274	1 273 077	317 275	1 281 780
Subsídio de doença		93 949	711 986	91 483	709 816
Pensão de Invalidez		190 477	386 426	198 790	398 002
Acção Social (sem IPSS)		780	x	850	x
Outras		25 068	174 665	26 152	173 962
Família		107 817	1 685 848	117 813	1 617 277
Abono de família / Subsídio familiar a crianças e jovens		62 365	1 259 447	71 349	1 261 963
Subsídio de maternidade		15 607	68 068	16 904	66 933
Subsídio de nascimento		2 012	82 069	1 378	56 398
Subsídio de aleitação		3 631	128 182	1 980	103 334
Acção Social (sem IPSS)		16 959	x	16 996	x
Outras		7 243	148 082	9 206	128 649
Desemprego		164 567	363 821	166 844	371 596
Subsídio de desemprego		136 154	331 643	134 632	337 843
Outras		28 413	32 178	32 212	33 753
Exclusão Social		10 381	1 474	17 957	X
Subs. eventuais a famílias sit. carência ec.		1 528	-	1 732	x
Acções de apoio a tóxico-dependentes		873	-	1 093	x
Luta contra a pobreza		3 786	-	4 458	x
Outras		4 194	1 474	10 674	x
Habitação		327	7 362	331	6 963

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.4. Beneficiários activos, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos	3 917 779	3 970 482	3 872 043	4 025 383	4 197 313	4 153 959	4 210 708

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.5. Pensionistas, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a)	2 230 326	2 266 640	2 314 662	2 336 414	2 364 251	2 390 004	2 414 790

(a) Pensionistas de velhice, de invalidez e sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.6. Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral, por escalões de pensão

Escalões de pensão	Anos		1996				1997			
	Velhice		Invalidez		Escalões de pensão	Velhice		Invalidez		
	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%	
	1	2	3	4		5	6	7	8	9
TOTAL	935 576	100,0	290 620	100,0		997 282	100	303 553	100	
P =< 17 400 escudos	10 979	1,2	11 279	3,9	P =< 18 060 escudos	12 756	1,3	13 259	4,4	
17 400 < P =< 29 000	529 886	56,6	181 464	62,4	18 060 < P =< 28 000	72 639	7,3	36 276	12	
29 000 < P =< 30 000	96 843	10,4	21 006	7,2	28 000 < P =< 30 000	468 937	47,0	152 771	50,3	
30 000 < P =< 40 000	155 274	16,6	35 084	12,1	30 000 < P =< 40 000	202 717	20,3	45 928	15	
40 000 < P =< 50 000	52 495	5,6	11 756	4,0	40 000 < P =< 50 000	92 614	9,3	19 248	6,3	
50 000 < P =< 60 000	29 837	3,2	7 336	2,5	50 000 < P =< 60 000	37 002	3,7	7 795	2,6	
60 000 < P =< 70 000	20 546	2,2	5 247	1,8	60 000 < P =< 70 000	23 796	2,4	5 459	1,8	
70 000 < P =< 80 000	14 779	1,6	4 055	1,4	70 000 < P =< 80 000	16 905	1,7	4 184	1,4	
80 000 < P =< 90 000	11 067	1,2	3 501	1,2	80 000 < P =< 90 000	12 827	1,3	3 543	1,2	
90 000 < P =< 125 000	23 117	2,5	7 550	2,6	90 000 < P =< 125 000	27 228	2,7	8 036	2,6	
125 000 < P =< 250 000	20 416	2,2	5 495	1,9	125 000 < P =< 250 000	24 875	2,5	6 187	2,0	
P > 250 000 escudos	3 844	0,4	741	0,3	P > 250 000 escudos	4 986	0,5	867	0,3	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.7. Subsídios de desemprego e social de desemprego, beneficiários e montantes no ano, por regiões

Região	Anos, montantes e beneficiários	1996		1997	
		Benef. (a)	Montante	Benef. (a)	Montante
		Nº	10 ⁶ esc	Nº	10 ⁶ esc
1		2	3	4	5
PORTUGAL		187 204	136 095	170 188	132 269
Norte		64 777	41 775	57 890	41 157
Centro		28 448	20 335	26 397	19 419
Lisboa e Vale do Tejo		69 784	58 493	62 738	56 747
Alentejo		10 888	5 443	11 636	5 777
Algarve		7 375	5 162	5 600	4 510
Região Autónoma dos Açores		2 493	1 871	2 459	1 630
Região Autónoma da Madeira		2 637	1 877	2 716	1 946
Caixas (b)		802	1 139	752	1 083

(a) N° de beneficiários no mês de Dezembro

(b) Caixas não integradas nos CRSS.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.8. INDICADORES

4.8.1. Beneficiários activos, em % da população residente

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / População residente	39,7	40,2	39,1	40,6	42,3	41,7	42,3

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Estimativas de população residente em 31 de Dezembro (INE)

4.8.2. Pensionistas, em % da população residente

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População residente	22,6	23,0	23,4	23,6	23,8	24,0	24,3

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

4.8.3. Pensionistas, em % da população activa

Unid: %

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População activa	46,3	47,9	49,1	48,9	49,7	49,2	49,7

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Inquérito ao Emprego (INE)



4.8.4. Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / Pensionistas (a)	1,8	1,8	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.8.5. Despesas das prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Prest.de velhice e sobrevivência / Pop.activa	99,1	118,1	134,2	145,5	159,9	178,1	180,0

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Inquérito ao Emprego (INE)

CAPÍTULO 5

REGIMES DE SEGURANÇA SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA



5.1. Receitas do regime da função pública, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Regimes Natureza e anos		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local	ADSE	Serviços Sociais	Outras
		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1997	723 153	531 580	70 013	70 946	23 515	27 099
	1996	679 174	486 448	83 646	63 989	18 641	26 450
Quotizações da Entidade Patronal	1997	27 961	27 961	-	-	-	-
	1996	27 155	27 155	-	-	-	-
Quotizações da Pessoa Protegida	1997	186 159	185 840	-	-	-	319
	1996	178 292	178 011	-	-	-	281
Contribuições Públicas	1997	482 609	312 552	70 013	60 548	13 116	26 380
	1996	450 409	274 432	83 646	55 513	11 101	25 717
Outras	1997	26 424	5 227	-	10 398	10 399	400
	1996	23 318	6 850	-	8 476	7 540	452
Transferências	1997	-	-	-	-	-	-
	1996	-	-	-	-	-	-

5.2. Despesas do regime da função pública, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Regimes Natureza e anos		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local	ADSE	Serviços Sociais	Outras
		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1997	719 612	531 570	70 010	70 873	20 486	26 673
	1996	679 730	486 440	83 646	64 049	19 552	26 043
Prestações Sociais	1997	704 782	527 353	70 010	69 753	11 212	26 454
	1996	666 241	482 107	83 646	62 951	11 745	25 791
Custos de funcionamento	1997	10 700	4 136	-	1 120	5 261	183
	1996	9 774	4 289	-	1 098	4 170	217
Outras despesas	1997	4 130	81	-	-	4 013	36
	1996	3 715	43	-	-	3 637	35
Transferências	1997	-	-	-	-	-	-
	1996	-	-	-	-	-	-



5.3. Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Regimes		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local	ADSE	Serviços Sociais	Outras
Grupos de Funções							
1		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1997	704 782	527 353	70 010	69 753	11 212	26 454
	1996	666 241	482 107	83 646	62 951	11 745	25 791
Velhice e Sobrevivência	1997	481 779	460 245	20 551	-	827	156
	1996	462 196	423 408	38 086	-	525	177
Pensão de velhice	1997	415 649	395 130	20 519	-	-	-
	1996	401 601	363 539	38 046	-	-	-
Pensão de sobrevivência	1997	61 654	61 654	-	-	-	-
	1996	56 866	56 863	-	-	-	-
Subsídio de funeral	1997	371	324	-	-	15	32
	1996	187	141	-	-	17	27
Subsídio por morte	1997	3 243	3 137	-	-	-	106
	1996	2 999	2 865	-	-	-	129
Outras	1997	862	-	32	-	812	18
	1996	543	-	40	-	503	-
Saúde (Invalidez e Doença)	1997	198 636	66 032	29 772	69 753	8 100	24 979
	1996	180 728	57 531	26 829	62 951	9 089	24 328
Cuidados de saúde	1997	105 562	-	29 770	53 335	6 227	16 230
	1996	96 809	-	26 826	47 175	7 134	14 632
Produtos farmacêuticos	1997	26 918	-	-	16 418	1 760	8 740
	1996	26 284	-	-	15 776	1 863	8 645
Pensão de Invalidez	1997	66 032	66 032	-	-	-	-
	1996	57 531	57 531	-	-	-	-
Outras	1997	124	-	2	-	113	9
	1996	104	-	3	-	92	9
Família	1997	23 788	1 076	19 683	-	1 710	1 319
	1996	22 698	1 168	18 724	-	1 520	1 286
Abono de família	1997	11 866	927	9 748	-	7	1 184
	1996	14 157	894	11 473	-	66	1 128
Acção Social	1997	1 567	-	-	-	1 567	-
	1996	1 261	-	-	-	1 261	-
Outras	1997	10 355	149	9 935	-	136	135
	1996	7 876	274	7 251	-	193	158
Outros	1997	579	-	4	-	575	-
	1996	619	-	8	-	611	-



5.4. Beneficiários activos, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos	665 236	668 715	661 347	638 327	637 749	647 893	654 228

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.5. Pensionistas, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a)	268 110	287 824	305 255	341 797	364 814	381 564	396 423

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.6. Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por escalões de pensão

Anos	1996		1997	
	Nº	%	Nº	%
Escalões de pensão	2	3	4	5
1				
TOTAL	272 659	100,0	285 135	100,0
P ≤ 50 000 escudos	56 220	20,6	55 916	19,6
50 000 < P ≤ 100 000	62 491	22,9	59 808	21,0
100 000 < P ≤ 150 000	60 582	22,2	63 428	22,2
150 000 < P ≤ 200 000	35 645	13,1	38 439	13,5
200 000 < P ≤ 300 000	28 815	10,6	33 709	11,8
300 000 < P ≤ 400 000	22 304	8,2	24 799	8,7
400 000 < P ≤ 500 000	3 843	1,4	5 603	2,0
500 000 < P ≤ 600 000	1 469	0,5	1 787	0,6
600 000 < P ≤ 800 000	845	0,3	1 113	0,4
P > 800 000 escudos	445	0,2	533	0,2

Fonte: Caixa Geral de Aposentações



5.7. INDICADORES

5.7.1. Beneficiários activos, em % da população residente

		Unid: %						
Anos		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / População residente		6,7	6,8	6,7	6,4	6,4	6,5	6,6

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

5.7.2. Pensionistas, em % da população residente

		Unid: %						
Anos		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População residente		2,7	2,9	3,1	3,4	3,7	3,8	4,0

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

5.7.3. Pensionistas, em % da população activa

		Unid: %						
Anos		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População activa		5,6	6,1	6,5	7,2	7,7	8,0	8,2

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Inquérito ao Emprego (INE)



5.7.4. Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / pensionistas (a)	2,5	2,3	2,2	1,9	1,7	1,7	1,7

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.7.5. Despesas das prestações "Velhice e sobrevivência", por pessoa activa

Unid: 10³ Esc

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Prest. velhice e sobrevivência / Pop. activa	35,7	47,9	58,4	64,2	85,3	96,5	99,2

Fonte: Inquérito ao Emprego - População activa (INE)

CAPÍTULO 6

OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL



6.1. Receitas dos outros regimes de protecção social, por natureza

Unid: 10 ⁶ Esc							
Regimes Natureza	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
1	2	3	4	5	6	7	8
1997							
TOTAL	739 609	172 985	140 520	19 786	21 714	101 839	111 838
Quotizações Ent. Patronal	-	46 293	-	-	-	101 839	76 919
Quotizações Pes. Protegida	-	3 492	-	-	12 157	-	24
Contribuições Públicas	731 414	25 453	-	-	-	-	10 283
Outras (b)	8 195	97 747	59 448	19 786	9 557	-	24 612
Transferências	-	-	81 072	-	-	-	-
Dados retrospectivos							
1996							
TOTAL	736 473	184 527	121 079	18 803	16 951	X	109 868

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

(b): Em 1997 o SNS não recebeu "Regularizações por ordem do Tesouro"



6.2. Despesas dos outros regimes de protecção social, por natureza

Unid: 10 ⁶ Esc							
Regimes Natureza	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
1	2	3	4	5	6	7	8
1997							
TOTAL	938 398	175 308	101 189	20 363	19 444	101 839	105 110
Prestações Sociais	890 792	164 486	88 603	14 567	4 497	101 839	75 582
Custos de Funcionamento	42 308	7 253	3 200	2 199	5 309	-	25 024
Outras Despesas	5 298	3 569	9 386	90	9 638	-	4 504
Transferências	-	-	-	3 507	-	-	-
Dados retrospectivos							
1996							
TOTAL	840 881	180 842	95 453	18 809	15 696	X	109 370

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira



6.3. Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Regimes Natureza	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
	2	3	4	5	6	7	8
1997							
TOTAL	890 792	164 486	88 603	14 566	4 497	101 839	75 582
Velhice e Sobrevivência	-	56 900	29 990	1 793	4 191	64 925	190
Pensão de velhice	-	29 062	-	93	129	36 704	-
Pensão de sobrevivência	-	8 412	-	-	316	8 459	-
Subsídio por morte	-	405	-	1	121	-	-
Subsídio de funeral	-	10	-	-	488	-	-
Acção social	-	18 253	29 990	1 172	-	-	-
Outras	-	758	-	527	3 137	19 762	190
Saúde (Inv.e Doença)	890 792	85 223	18 175	8 213	306	36 914	70 834
Subsídio de doença	-	7 597	-	-	-	-	1
Cuidados de saúde	728 506	24 013	9 450	7 255	32	-	816
Produtos farmacêuticos	162 286	7 916	-	449	243	-	3
Pensão de invalidez	-	21 791	-	-	26	36 914	62 509
Acção social	-	23 668	8 725	509	-	-	3
Outras	-	238	-	-	5	-	7 502
Família	-	4 868	38 423	3 134	-	-	49
Abono de família	-	782	-	35	-	-	-
Subsídio de maternidade	-	57	-	-	-	-	-
Subsídio de nascimento	-	569	-	1	-	-	-
Subsídio de aleitação	-	-	-	-	-	-	-
Acção social	-	3 134	38 423	2 840	-	-	28
Outras	-	326	-	258	-	-	21
Outras	-	17 495	2 015	1 426	-	-	4 509
Dados retrospectivos							
1996							
TOTAL	797 671	175 288	84 535	12 969	3 575	X	80 382

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira



6.4.1. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

6.4.1.1. Prestações sociais, nº de utentes e custo médio por utente, por funções

Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
1	2	3	4	5	6	7
1997						
Prestações sociais (10 ⁶ Esc)	88 603	38 423	29 990	9 450	8 725	2 015
Nº de utentes	441 897	197 846	92 380	88 923	19 856	42 892
Custo médio/utente (10 ³ Esc)	200,5	194,2	324,6	106,3	439,4	47,0
1996						
Prestações sociais (10 ⁶ Esc)	84 535	37 740	26 025	9 712	7 901	3 157
Nº de utentes	444 610	204 422	83 923	94 523	14 623	47 119
Custo médio/utente (10 ³ Esc)	180,1	184,6	310,9	102,7	540,3	67,0

Fonte: Inquérito às IPSS (INE)

6.4.1.2. Representatividade das IPSS na protecção social, por funções

Unid: %						
Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
Anos	2	3	4	5	6	7
1	2	3	4	5	6	7
1997	2,5	20,4	2,4	0,8	1,9	6,3
1996	2,6	20,8	2,2	1,0	2,1	15,6

Fonte: Inquérito às IPSS (INE)



6.4.1.3. Actividade das IPSS em relação ao total das valências, por funções

						Unid: %	
Funções		TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
Anos							
1		2	3	4	5	6	7
1997		100,0	46,6	43,2	2,0	5,5	3,5
1996		100,0	46,5	43,4	1,9	5,3	2,9

Fonte: Inquérito às IPSS (INE)

6.4.2. ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS

6.4.2.1. Associações, associados efectivos e familiares

		Unid: nº		
Anos		Associações	Associados efectivos	Familiares
	1	2	3	4
1997		79	672 883	167 434
1996		83	638 484	130 940

Fonte: Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (INE)



6.4.2.2. Associados efectivos e pensionistas com pensões pagas no ano e iniciadas no ano, por modalidades subscritas

Unid: nº

1997			
Modalidades	Associados efectivos	Pensionistas com pensões	
		pagas no ano	iniciadas no ano
1	2	3	4
Prestações	586 595	16 248	308
Pensões de velhice	12 217	812	123
Pensões de invalidez	5 450	557	8
Pensões de sobrevivência	15 571	5 222	177
Subsídios por morte	28 965	554 (a)	-
Subsídios de funeral	524 392	9 103 (a)	-
Subsídios por acidentes de trabalho ou doenças profissionais	-	-	-
Capitais vencidos	151 838	6 670	-
Em vida	78 480	6 571 (a)	-
Em morte	73 358	99 (a)	-
Regimes profissionais complementares	-	-	-
Complementos de velhice	-	-	-
Complementos de invalidez	-	-	-
Rendas vitalícias	333	333	30
Prestações pecuniárias de unidades de saúde	276 458	9 315	-
Medicina preventiva, curativa e de reabilitação	192 619	7 703 (b)	-
Assistência medicamentosa	83 839	1 612 (b)	-

Dados retrospectivos

1996			
Prestações	575 995	15 934	265
Capitais vencidos	82 763	4 057	-
Regimes profissionais complementares	315	-	-
Rendas vitalícias	358	- 356	- 22
Prestações pecuniárias de unidades de saúde	292 971	9 316	-

(a) Nº de subsídios pagos

(b) Nº de associados que receberam as prestações em causa

Fonte: Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (INE)



6.4.3. SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

6.4.3.1. Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas

Continente	Unid: %				
Receitas/Despesas	Anos	1997	1996	1995	1994
1	2	3	4	5	
1. Receitas					
1.1. Saldo de gerência anterior	2,0	1,8	1,3	0,9	
1.2. Subsídio de exploração	87,0	87,8	89,2	89,3	
1.3. Subsídio de investimento	0,1	0,1	0,2	0,4	
1.4. Prestação de serviços	4,0	4,0	4,5	4,5	
1.5. Proveitos e ganhos extraordinários	5,4	5,1	3,4	3,1	
1.6. Outros proveitos P.A.	1,4	1,2	1,5	1,7	
1.7. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	
2. Despesas					
2.1. Despesas com pessoal	37,6	39,5	40,5	39,3	
2.2. Compras	13,0	12,9	12,5	10,9	
2.3. Fornecimentos e serviços externos	33,5	35,2	33,6	30,6	
Dos quais					
Subcontratos	25,8	26,5	25,4	23,2	
Dos quais					
Produtos vendidos por farmácias	15,9	16,4	15,8	X	
2.4. Imobilizações	1,4	1,4	1,6	1,3	
2.5. Custos e perdas extraordinárias	13,2	9,9	10,6	17,1	
2.6. Outras despesas P.A.	1,2	1,1	1,3	0,9	
2.7. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.2. Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas por grupos de serviços

Continente		Unid: %							
Receitas/Despesas	Serviços/Anos	Administrações Regionais de Saúde			Hospitais			Outras (a)	
		1997	1996	1995	1997	1996	1995	1997	1996
		2	3	4	5	6	7	8	9
1. Receitas									
1.1. Subsídios de exploração		45,8	46,6	46,4	49,1	49,0	49,0	5,1	4,4
1.2. Prestações de serviços		14,6	14,4	15,0	77,7	77,2	80,1	7,7	8,5
1.3. Outras		33,2	32,0	63,3	60,3	62,9	27,6	6,5	5,1
2. Despesas									
2.1. Despesas com pessoal		28,4	29,4	29,6	66,6	66,0	65,6	5,0	4,6
2.2. Compras		6,0	5,7	6,2	91,3	91,7	91,1	2,7	2,6
2.3. Fornec. e serv. externos		75,5	73,4	71,3	22,3	24,7	26,6	2,3	2,0
Dos quais									
Subcontratos		69,3	67,7	67,6	8,9	8,9	9,1	0,4	0,2
2.4. Outras		37,8	39,7	18,8	37,1	37,7	43,9	25,1	22,7

(a) Inclui Psiquiatria, Serviços Centrais com Autonomia, Serviços de Ensino e Diversos

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.3. Administrações Regionais de Saúde: estrutura das receitas e despesas por regiões

1997		Unid: %				
Receitas/Despesas	Regiões					
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
		2	3	4	5	6
1. Receitas						
1.1. Subsídios de exploração		94,7	93,7	93,9	94,3	95,0
1.2. Prestações de serviços		1,3	1,8	1,2	1,2	1,6
1.3. Outras		4,0	4,5	4,9	4,5	3,4
1.4. Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2. Despesas						
2.1. Despesas com pessoal		26,8	29,4	22,8	32,1	31,3
2.2. Compras		2,2	2,1	1,3	3,1	3,0
2.3. Fornecimentos e serviços externos		66,6	62,9	71,4	61,2	60,9
Dos quais						
Subcontratos		63,9	60,4	61,4	58,1	57,0
2.4. Outras		4,4	5,7	4,5	3,7	4,8
2.5. Total		100,0	100,1	100,0	100,1	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.4. Administrações Regionais de Saúde: estrutura de custo (subcontratos) por tipo de serviço prestado e por regiões

1997						Unid: %
Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Tipo de serviço						
1	2	3	4	5	6	7
1. Convencionados	10,6	7,5	15,1	2,0	1,0	36,3
1.1. Elementos complementares diagnóstico	5,4	3,9	8,0	0,7	0,5	18,6
1.2. Tratamentos especializados	3,0	1,5	4,2	0,4	0,3	9,5
1.3. Transporte de doentes	0,6	0,6	0,6	0,4	0,1	2,3
1.4. Outras	1,6	1,5	2,3	0,5	0,1	6,0
2. Farmácias privadas	18,7	16,3	22,7	3,7	2,3	63,7
3. Total (1+2)	29,3	23,7	37,9	5,7	3,4	100

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.5. Administrações Regionais de Saúde: estrutura de encargos com medicamentos, por grupo de entidade

Continente		Unid: %	
Anos		1996	1995
Entidades			
1	2	3	
1. Centros de saúde	67,2	74,8	
2. Médicos exercício privado	14,1	5,2	
3. Hospitais (centrais, distritais e outros)	13,1	13,8	
4. IPSS	2,9	2,9	
5. Outras	2,7	3,3	
6. Total	100	100	

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.6. Administrações Regionais de Saúde: serviços próprios, por regiões

Regiões Anos Serviços	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		Total	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. Centros de saúde	100	102	110	110	86	84	44	44	16	16	356	356
2. Serviços de Atendimento Permanente	50	58	79	77	50	33	33	34	12	12	224	214
3. Extensões	452	446	711	712	421	424	251	252	67	68	1902	1902

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.7. INDICADORES

6.4.3.7.1. Serviço Nacional de Saúde: Alguns dados e indicadores

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Indicadores							
Subsídio ao S.N.S. (10 ⁶ ESC)	385,0	456,9	508,4	540,9	599,7	650,2	684,2
% do Subsídio ao S.N.S.no O.G.E.	10,5	10,2	10,8	10,7	10,0	10,4	7,3

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.7.2. Habitantes, por médico

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Unid: nº							
População residente/médicos	348,3	345,0	343,8	341,0	338,0	332,0	327,2

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE);

Médicos - Estatísticas da Saúde (INE)

6.4.3.7.3. Despesas das prestações de saúde (doença) por pessoa activa

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6	7	8
Unid: 10 ³ Esc							
Prestações de saúde/População activa	77,1	109,1	132,3	150,1	146,5	166,6	183,5

Fonte: População Activa - Inquérito ao Emprego (INE)



6.4.4. FUNDOS DE PENSÕES

6.4.4.1. Quadro síntese

Anos	1997	1996	1995	1994	1993
1	2	3	4	5	6
Nº total de entidades gestoras de fundos	29	31	28	26	26
Nº de empresas de seguros	12	14	12	11	11
Nº de sociedades gestoras	17	17	16	15	15
Nº total de fundos de pensões	231	237	226	217	219
Geridos pelas empresas de seguros	77	81	81	81	87
Geridos pelas sociedades gestoras	154	156	145	136	132
Montante total dos fundos de pensões (10 ⁶ Esc.)	X	1 650 347	1 384 610	987 123	789 316
Geridos pelas empresas de seguros	X	56 150	98 090	95 881	78 740
Geridos pelas sociedades gestoras	X	1 594 197	1 286 520	891 242	710 576
Montante das contribuições (10 ⁶ Esc.)	X	232 763	360 394	191 467	222 785
Nº de participantes	295 749	254 241	239 765	249 340	248 882
Nº de beneficiários	78 805	66 793	72 317	49 994	39 782
Montantes de pensões pagas (10 ⁶ Esc.)	101 839	83 104	77 663	48 155	32 395
Por velhice	36 704	38 642	41 934	17 412	11 609
Por pré reforma	19 762	16 491	14 703	10 875	7 542
Por invalidez	36 914	21 545	16 800	15 699	10 517
Por viuvez e orfandade	8 459	6 426	4 226	4 169	2 727

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)



6.4.4.2. N.º de beneficiários e de novos beneficiários de fundos de pensões, por tipo de pensões pagas

1	Beneficiários			Novos beneficiários			Unid: n.º
	Total	Socie- dades gestoras	Empresas de Seguros	Total	Socie- dades gestoras	Empresas de Seguros	
	2	3	4	5	6	7	
1997							
Total	78 805	74 936	3 869	8 320	7 674	646	
Velhice	29 850	28 290	1 560	2 419	2 276	143	
Reforma antecipada e pré-reforma	9 225	8 693	532	1 288	1 048	240	
Invalidez	22 579	21 609	970	3 662	3 455	207	
Sobrevivência	17 151	16 344	807	951	895	55	
1996							
Total	64 948(a)	X	X	4 707	4 279	428	

Fonte : Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a) Inclui apenas Fundos de Pensões Fechados

6.4.4.3. N.º de participantes, nos fundos de pensões, por sexo e idade actuarial

Idade actuarial	Anos	1996(a)		1997	
		HM	H	HM	H
	1	2	3	4	5
TOTAL		252 253	174 270	230 277	157 841
=< 25		6 980	4 306	6 075	3 737
> 25 e =<30		21 227	13 939	19 631	12 475
> 30 e =<35		25 666	17 950	24 717	17 024
> 35 e =<40		34 680	23 861	29 585	20 020
> 40 e =<45		39 124	26 095	34 636	22 687
> 45 e =<50		46 055	32 539	40 264	27 908
> 50 e =<55		36 611	26 858	34 791	25 521
> 55 e =<60		22 808	16 519	20 628	15 248
> 60 e =<65		11 616	7 806	11 391	7 902
> 65		7 486	4 397	8 559	5 319

Fonte : Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a) Inclui apenas Fundos de Pensões Fechados



6.4.4.4. Estrutura do mercado dos fundos de pensões

		Entidades gestoras de fundos de pensões	Fundos de pensões			
			Total	Fechados	Em cogestão	Abertos (exclui PPR e PPA)
1		2	3	4	5	6
Total	1997	29	291	x	x	x
	1996	31	227	213	3	11
Sociedades Gestoras	1997	17	206	x	x	x
	1996	17	149	135	3	11
Empresas de seguros	1997	12	85	x	x	x
	1996	14	78	78	-	-

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.5. Distribuição dos fundos de pensões, por tipo de plano de pensões

1996						
	Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de participantes
1	2	3	4	5	6	7
Fundos de pensões fechados	78	53 145	31 228	135	1 528 165	164 145
Benefício Definido	73	51 620	28 599	131	1 525 774	162 722
Complementar à S. Social	41	27 982	14 182	53	278 530	65 448
Integrado	31	21 819	9 902	44	270 640	61 249
Não integrado	10	6 163	4 280	9	7 889	4 199
Independente da S. Social	32	23 638	14 417	78	1 247 244	97 274
Contribuição Definida	4	1 423	2 185	3	1 780	1 126
Misto	1	102	444	1	611	297
Plano Contributivo	7	1 883	1 469	5	21 489	10 820
Fundos de pensões abertos (Não inclui PPR's e PPA's)	-	-	-	11	7 378	4 616
Adesões Colectivas	-	-	-	11	7 378	4 616
Benefício definido	-	-	-	8	3 568	1 225
Contribuição definida	-	-	-	1	801	427
Misto	-	-	-	2	3 009	2 964

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)



6.4.4.6. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo escalões de montantes geridos

1996									
	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	213	1 581 311	7 424	78	53 145	681	135	1 528 166	11 320
Montantes geridos (10 ⁶ Esc)									
Até 25	16	253	16	8	144	18	8	109	14
26 a 50	21	826	39	9	328	36	12	498	42
51 a 100	17	1 227	72	5	375	75	12	851	71
101 a 250	36	5 614	156	15	2 048	137	21	3 566	170
251 a 500	35	12 257	350	14	4 788	342	21	7 469	356
501 a 1000	27	19 833	735	15	11 378	759	12	8 456	705
1001 a 5000	34	88 580	2 605	11	29 070	2 643	23	59 510	2 587
5001 a 15000	9	77 996	8 666	1	5 014	5 014	8	72 981	9 123
15001 a 25000	3	63 572	21 191	-	-	-	3	63 572	21 191
25001 a 50000	5	139 928	27 986	-	-	-	5	139 928	27 986
Mais de 50000	10	1 171 226	117 123	-	-	-	10	1 171 226	117 123

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.7. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de associados

1996									
	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	213	618	1 581 311	78	347	53 145	135	271	1 528 166
Nº de associados									
1	155	155	1 507 505	55	55	35 987	100	100	1 471 519
2	14	28	7 665	9	18	6 208	5	10	1 457
3 a 5	30	113	19 105	10	38	3 697	20	75	15 408
6 a 10	11	85	40 811	2	14	1 689	9	71	39 121
11 a 15	1	15	660	-	-	-	1	15	660
16 a 90	1	21	4 174	1	21	4 174	-	-	-
mais de 90	1	201	1 391	1	201	1 391	-	-	-

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)



6.4.4.8. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de participantes

1996									
	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	213	1 581 311	190 933	78	53 145	31 228	135	1 528 166	159 705
Nº de participantes									
Até 50	30	105 524	838	14	1 900	367	16	103 623	471
51 a 100	28	3 956	1 975	14	2 132	981	14	1 823	994
101 a 250	51	17 547	8 532	21	7 360	3 508	30	10 187	5 024
251 a 500	39	45 288	14 171	14	12 583	5 580	25	32 705	8 591
501 a 1000	23	38 963	15 316	6	10 847	4 122	17	28 117	11 194
1001 a 1500	16	95 078	18 937	5	9 050	6 043	11	86 027	12 894
1501 a 2000	7	140 036	12 595	2	3 707	3 421	5	136 330	9 174
2001 a 2500	2	26 961	4 836	-	-	-	2	26 961	4 836
2501 a 5000	11	384 231	40 611	2	5 565	7 206	9	378 666	33 405
5001 a 10000	2	90 310	15 947	-	-	-	2	90 310	15 947
10001 a 20000	3	355 959	36 533	-	-	-	3	355 959	36 533
20001 a 25000	1	277 458	20 642	-	-	-	1	277 458	20 642
25001 a 30000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 30000	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.9. Distribuição dos associados dos fundos de pensões, por sector de actividade

1996			
CAE Rev. 2	Total	Empresas de seguros	Sociedades Gestoras
1	2	3	4
Total	618	347	271
D Indústrias Transformadoras	154	51	103
E Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7	1	6
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	59	33	26
I Transportes, armazenagem e comunicações	29	11	18
J Actividades financeiras	307	225	82
K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	39	20	19
Outras	23	6	17

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

CAPÍTULO 7

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA



7.1. Estrutura das receitas por natureza (%)

1995					
Natureza das receitas	Quotiz. Entidade Patronal	Quotiz. Pessoa Protegida	Contribuições	Transferências	Outras
1	2	3	4	5	6
Portugal	28,6	18,9	39,4	-	13,2
UE - 15	39,3	23,6	31,9	-	5,2

Fonte: Eurostat

7.2. Estrutura das prestações de protecção social por grupos de funções (%)

1995					
Grupos de Funções	Doença Invalidez	Velhice Sobrevivência	Família	Desemprego	Outras
Países	2	3	4	5	6
1					
Portugal	44,9	43,4	5,8	5,5	0,4
UE - 15	36,0	44,3	7,6	8,4	3,7

Fonte: Eurostat



7.3. INDICADORES

7.3.1. Despesas da protecção social em % do PIB

Anos	1991	1992	1993	1994	1995
1	2	3	4	5	6
Portugal	18,6	20,6	22,1	22,0	22,5
UE - 15	-	-	28,8	28,6	28,4

Fonte: INE e Eurostat

7.3.2. Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, no PIBpm (%)

1995	Grupos de Funções	Doença e Invalidez	Velhice e Sobrevivência	Família	Desemprego	Outras
Países	1	2	3	4	5	6
Portugal		8,3	8,1	1,1	1,0	0,1
UE - 15		10,2	12,6	2,2	2,4	1,1

Fonte: INE e Eurostat

7.3.3. Despesas de protecção social por habitante em SPA(a)

Anos	1991	1992	1993	1994	1995
1	2	3	4	5	6
Portugal	-	-	2 085	2 262	2 313
UE - 15	-	-	4 515	4 699	4 832

Fonte: Eurostat

(a) Poder de Compra Standart

7.3.4. Despesas de protecção social por habitante, em ECU

Anos	1991	1992	1993	1994	1995
1	2	3	4	5	6
Portugal	-	-	1 517	1 573	1 684
UE - 15	-	-	4 611	4 776	4 925

Fonte: Eurostat

LISTA DE PUBLICAÇÕES

Algumas Publicações
Editadas pelo INE

* PORTES DE CORREIO

	PORTUGAL		EUROPA		RESTO DO MUNDO	
	Assin.	Anúso	Assin.	Anúso	Assin.	Anúso
1	1.320\$00	160\$00	5.040\$00	420\$00	9.300\$00	775\$00
2	1.020\$00	85\$00	2.520\$00	210\$00	4.080\$00	340\$00
3	340\$00	85\$00	840\$00	210\$00	1.360\$00	340\$00
4	170\$00	85\$00	420\$00	210\$00	680\$00	340\$00
5	285\$00	285\$00	765\$00	765\$00	1.480\$00	1.480\$00
6	560\$00	560\$00	1.325\$00	1.325\$00	2.600\$00	2.600\$00
7	900\$00	300\$00	2.295\$00	765\$00	4.440\$00	1.480\$00

METODOLOGIAS, NOMENCLATURAS E CONCEITOS	ANÚSO	ASSIN.	
Nomenclatura Combinada - Comércio Internacional 1999	7.700\$00		
ESTATÍSTICAS GERAIS			
Anuário Estatístico de Portugal 1997	10.200\$00	8.160\$00	6
Boletim Mensal de Estatística 1999 (x 12)	2.400\$00	23.000\$00	1
Portugal em Números 1997	Gratuito		
POPULAÇÃO AMBIENTE CONDIÇÕES SOCIAIS			
Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1996	4.890\$00		
Série Estimativas Provisórias Nº 27	3.680\$00		
Portugal Social 1991/1995	6.000\$00		
Estatísticas da Protecção Social 1997	2.160\$00	1.730\$00	5
Estatísticas da Saúde 1997	8.400\$00	6.720\$00	6
Estatísticas Demográficas 1997	6.730\$00	5.380\$00	6
Estatísticas do Ambiente 1997	3.000\$00	2.400\$00	5
Estatísticas do Emprego 1998 (Trimestral)	840\$00	2.690\$00	3
Associações Culturais e Recreativas 1995	1.500\$00		
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA			
Estatísticas da Pesca 1997	3.040\$00	2.430\$00	5
Inquérito às Plantações de Árvores de Fruto 1998	1.500\$00		
Estatísticas Agrícolas 1997	4.210\$00	3.370\$00	5
Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 1997	4.200\$00		
Pescas em Portugal 1986 - 1996	6.300\$00		
Estatísticas da Produção Agro-Industrial 1992-1995	1.500\$00		
Contas Económicas da Agricultura 1997	1.500\$00		
Estado das Culturas e Previsão das Colheitas 1999	240\$00	2.300\$00	2
INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ENERGIA			
Estatísticas da Construção de Edifícios 1997	2.120\$00	1.700\$00	5
Estatísticas da Produção Industrial 1996	3.600\$00	2.880\$00	6
Índices de Produção Industrial 1999	230\$00	2.200\$00	2
Estatísticas das Empresas - Indústria 1995	1.330\$00		
Inquérito Mensal à Construção e Obras Públicas 1999	660\$00	6.200\$00	2
Índices de Preços na Produção Industrial 1999	430\$00	4.100\$00	2
Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria 1999	380\$00	3.600\$00	2
Inquérito Mensal à Indústria Transformadora 1999	720\$00	6.900\$00	2
Inquérito Mensal de Conjuntura Serviços Prestados às Empresas 1999	308\$00	2.900\$00	2
COMÉRCIO INTERNACIONAL			
Comércio Internacional 1999	880\$00	8.500\$00	2
Estatísticas do Comércio Internacional 1997	8.400\$00	6.720\$00	6
Comércio ExtraComunitário 1999	700\$00	6.700\$00	2
COMÉRCIO INTERNO, TURISMO E OUTROS SERVIÇOS			
Estatísticas do Turismo 1997	4.440\$00	3.550\$00	6
Estatísticas dos Transportes e Comunicações 1997	6.300\$00	5.040\$00	6
Estatísticas dos Transportes Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias 1996/1997	2.600\$00		
Gastos dos Estrangeiros não Residentes Residentes em Portugal 1997	1.220\$00		
Estabelecimentos Comerciais 1997	1.130\$00	900\$00	4
Índice de Preços no Comércio ao Detalhe 1999	190\$00	1.800\$00	2
Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio 1999	1.300\$00	12.500\$00	2
ECONOMIA E FINANÇAS			
Estatísticas das Receitas Fiscais 1996	3.070\$00	2.460\$00	6
Empresas em Portugal 1990 - 1995	2.190\$00		
Panel de Empresas 1996 - 1997	1.800\$00	1.400\$00	5
Estatísticas Monetárias e Financeiras 1997	5.500\$00		
Sistema de Contas Integradas das Empresas 1994 - 1995	3.750\$00		
Índice de Preços no Consumidor 1999	1.400\$00	13.400\$00	2
Contas Nacionais 1995	2.070\$00		
Síntese Económica Mensal 1999	480\$00	4.600\$00	2
ESTATÍSTICAS REGIONAIS			
Contas Regionais 1990-1994	3.000\$00		
Retrato das Regiões 1998	5.000\$00		
Anuário Estatístico da Região Lisboa e Vale do Tejo 1997	5.820\$00		
Inquérito ao Emprego Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS III) 1998 (Semestral)	600\$00		
Índice de Preços no Consumidor - Região de Lisboa e Vale do Tejo 1999 (Mensal)	600\$00	5.800\$00	2
Anuário Estatístico da Região Algarve 1997	3.940\$00		
Inventário Municipal da Região Algarve 1998	4.600\$00		
Anuário Estatístico da Região Alentejo 1997	4.650\$00		
Os Municípios do Alentejo 1997	8.000\$00		
Os Municípios do Algarve 1998	5.000\$00		
Anuário Estatístico da Região Centro 1997	6.000\$00		
Anuário Estatístico da Região Norte 1997	4.140\$00		
ESTUDOS			
Revista de Estatística 1998 (quadrimestral)	2.310\$00	5.540\$00	7

